



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

ANÁLISE DE DADOS: O CASO OPPORTUNITY-BRASIL TELECOM



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

INDÍCIOS DA MANIPULAÇÃO DA MÍDIA PELO BANQUEIRO DANIEL DANTAS

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Departamento de Polícia Federal (DPF) vem investigando as atividades de Daniel Dantas, proprietário do Banco Opportunity, com o objetivo de desvendar suspeitas da prática de ações criminosas nas esferas civil e penal. Uma das vertentes da investigação é a influência do banqueiro na mídia, notadamente a impressa e a eletrônica.

Há indícios de que Dantas tenha certa ascendência sobre alguns jornalistas e editores. Isso pode ocorrer mediante o pagamento de subornos, embora não se descarte a possibilidade de recurso à chantagem ou coação, com base em informações pessoais de seus alvos de interesse, as quais ele obteria por meio de atos de espionagem clandestina. Ressalta-se que tais acusações ainda estão sendo investigadas.

INDÍCIOS DE RECRUTAMENTO DE JORNALISTAS E MANIPULAÇÃO DA MÍDIA

1) Empresa “Abre de Página”

No curso do processo apuratório, foi encontrado um forte indício da manipulação da mídia por Daniel Dantas. Interceptações de e-mails feitas com autorização judicial revelaram a existência de um contato entre Bruno Alves, funcionário do Banco Opportunity (balves@opportunity.com.br) e Elisabel Benozatti (ebenozatti@gmail.com), diretora da Empresa de Comunicação Empresarial “Abre de Página”.

Neste contato, Elisabel informa a Bruno que enviou ao Opportunity uma representante, de nome Ana Silvia, para conversar com Daniel (não especifica se é Daniel Dantas). Ela questiona se houve o encontro e solicita ser informada a respeito. Na seqüência, Elisabel afirma o seguinte: “não é esse o editorial da Folha. Editorial é a opinião do jornal que não é assinada. O que você me enviou trata-se de uma análise do Valdo Cruz. Quero mesmo o editorial”.

No e-mail de resposta, Bruno responde: “Tudo bem, Bell. Mas acontece que os editoriais do dia 31 de março não tratam do assunto que você me pediu. Somente esta análise do Valdo Cruz. Dei uma olhada nos dias próximos e tem um no dia 29 de março, veja se é este”.

Em anexo, Bruno encaminha um texto com o seguinte título:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Folha de S. Paulo

29/03/2008

“Aloprando no armazém: Montagem de dossiê sobre gastos sigilosos de Fernando Henrique expõe governo Lula ao descrédito e ao ridículo”

O texto é repleto de críticas ao atual governo, caracterizado como “desgoverno ético”.

O e-mail que encaminha a mensagem tem o seguinte cabeçalho:

Assunto: Re: recado – Urgente

De: Bruno Alves balves@opportunity.com.br

Data: Fri, 4 Apr 2008 14:22:53 -0300

Para: “elisabel benozatti”<ebenozatti@gmail.com>

No site da empresa “Abre de Página” na Internet (www.abredepagina.com.br), Elisabel Benozatti é apresentada como diretora. Em seu currículo, consta o seguinte: “Chefe de reportagem de Economia do jornal O Estado de São Paulo, pauteira de Economia da Folha de São Paulo, editora-adjunta da revista Balanço Financeiro/Gazeta Mercantil no período de 1982 a 1995. É conhecedora do dia-a-dia de um grande jornal, da elaboração de uma pauta até a etapa final de produção”.

A troca de e-mails entre Elisabel e o funcionário do Opportunity pode significar uma evidência das relações entre Daniel Dantas e setores da imprensa com o objetivo de “plantar” matérias de seu interesse e influenciar a opinião pública, inclusive para enfraquecer ou destruir seus inimigos.

2) Marcelo Tognozzi

As interceptações de e-mails revelaram outra situação bastante significativa no tocante ao relacionamento entre o Opportunity e jornalistas. Trata-se do caso de Marcelo Tognozzi.

Tognozzi trabalhou para o jornal Correio Braziliense e desempenhou a função de Vice-Presidente da Associação Brasileira de Imprensa na Seção Brasília. Uma intensa troca de e-mails entre ele e Carlos Rodenburg, membro da cúpula do Opportunity, no ano de 2004, revelou que o jornalista repassou orientações sobre como se dirigir à sociedade, por meio da utilização da imprensa, manipulando a opinião pública. Ao longo dos diálogos, fica claro que Tognozzi agiu em favor do Opportunity visando a uma oportunidade de emprego na instituição financeira.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

No dia 15 de julho de 2004, ele enviou um e-mail a Rodenburg comentando a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça, de recuar de uma decisão já tomada e permitir o reingresso da Telecom Italia ao bloco de controle da Brasil Telecom.

O jornalista relata que membros do Governo pressionaram os Conselheiros do CADE, numa operação coordenada pela operadora italiana, com a participação do então Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, para que a decisão em favor da Telecom Italia fosse tomada em prazo recorde.

De acordo com ele em seu e-mail, o próximo passo dos italianos, com a ajuda de seus aliados no Governo, inclusive o então Ministro Luiz Gushiken, seria utilizar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para pressionar o Opportunity. Este processo, de acordo com Tognozzi, teria incluído até a substituição do Presidente da Comissão, Luiz Leonardo Cantidiano, considerado simpático ao Opportunity, por Marcelo Fernandez Trindade, aliado de Gushiken, e que assumiu o cargo em 6 de junho de 2004, já prometendo concluir o inquérito contra o Opportunity Fund.

O jornalista conclui o e-mail dizendo que a ala do Governo comprometida com os interesses da Telecom Italia, está protegendo uma empresa investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Italiano, a qual apura o desvio de US\$ 120 milhões praticado pelos executivos da operadora de telefonia.

Salienta-se que a Telecom Italia, de sócia, passou a adversária de Daniel Dantas e do Opportunity em diversas ações judiciais pelo controle da Brasil Telecom. Isto justifica a postura de Tognozzi contrária às atividades da empresa italiana.

No dia 22 de julho de 2004, o jornal Folha de São Paulo publicou matéria sobre o caso de espionagem empreendida pela empresa Kroll Associates contra autoridades do governo, inclusive Gushiken. Neste dia, Tognozzi enviou e-mail a Rodenburg comentando a notícia. De acordo com ele, o assunto repercutiria em outros veículos de comunicação (como de fato ocorreu) e o Governo fracassaria na administração desta crise. Ele comenta as fotografias que acompanham a reportagem, as quais mostram pessoas ligadas ao Governo, e sentencia que “o brasileiro médio olha aquilo e logo imagina que o PT está metido numa grande maracutaia”. Tognozzi afirma que as autoridades sequer podem atacar a idoneidade da Kroll uma vez que a empresa tem um histórico de atuação para o Partido.

Na avaliação do jornalista, a ligação de Luiz Roberto Demarco (ex-sócio de Daniel Dantas) com a campanha do PT e a informação contida na matéria jornalística de que as empresas dele atuaram em favor do então Ministro Luiz Gushiken eram “nitroglicerina pura”.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

No final do e-mail, Tognozzi afirma que se o Opportunity adotasse uma postura pró-ativa e mostrasse na mídia que a Telecom Itália é uma empresa considerada corrupta na Europa, estampando fotografias de seus executivos nos jornais brasileiros, associadas a notícias ruins, haveria grande chance de se neutralizar o ataque e virar o jogo.

Nota-se que durante todo o tempo o jornalista usa sua experiência profissional para orientar a cúpula do Opportunity sobre estratégias de ação para causar algum impacto na sociedade e, sobretudo, no meio político.

No dia seguinte (23 de julho de 2004), Tognozzi envia outro e-mail a Rodenburg para alertá-lo de que o jornalista Gustavo Krieger, diretor da Revista Época em Brasília, esteve no Palácio do Planalto reunido com o então Ministro Luiz Gushiken. Ele escreveu acreditar que “deve vir chumbo no fim de semana”.

Neste caso, observa-se que Tognozzi atuou também como espião do Grupo Opportunity, informando sua diretoria sobre a movimentação de jornalistas e prevenido-a acerca da possibilidade da publicação de matérias contrárias aos interesses do Grupo.

Em 25 de julho, novo e-mail. Desta vez Tognozzi relata que seu acompanhamento sistemático da mídia revelou a inexistência de fatos novos em relação ao episódio da Kroll. Na opinião dele, havia apenas notícias requentadas, “o velho sendo vendido com cara de novo”. Analisando especificamente a Folha de São Paulo, ele aponta uma contradição. Enquanto o jornal acusava a Kroll de usar métodos ilícitos para apurar informações, algumas páginas adiante publicava notícias obtidas pelos mesmos métodos (gravações telefônicas supostamente clandestinas). O mesmo raciocínio se estenderia às revistas Veja e IstoÉ.

O e-mail seguinte de Tognozzi para Rodenburg foi enviado no dia 17 de agosto de 2004. Aparentemente, se trata de um roteiro sobre como responder a determinadas perguntas feitas por jornalistas, referentes ao trabalho da Kroll no caso Telecom Italia.

No e-mail Tognozzi expressa seu ponto-de-vista no sentido de que as respostas deveriam ser objetivas e breves, de forma a “que não dessem margem a qualquer interpretação maliciosa”. Trata-se, nesse caso, de mais uma orientação dada pelo jornalista, valendo-se de sua experiência profissional, sobre como os executivos do Opportunity devem fazer para extrair benefícios do trabalho da imprensa, ou, ao menos, não caírem em armadilhas de repórteres ávidos por notícias sensacionalistas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Dez dias após o envio deste e-mail, nova mensagem. Desta vez, Tognozzi faz comentários acerca da disputa pela presidência do CADE¹. Ele afirma que, à época, o promotor público Esteves Scallope, filiado ao PT, pleiteava o cargo, mas enfrentava a concorrência de Beth Farina, ligada ao então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. A briga, segundo ele, seria interessante. Hoje se sabe que Farina foi a vencedora dessa disputa.

Em 15 de setembro de 2004 veio a fatura da dedicação de Tognozzi ao Opportunity. E-mail enviado por Guilherme Sodré a Rodenburg, a quem chama de “chefe”, encaminhava pedido de emprego do jornalista. Nos termos da chamada “proposta de trabalho”, Tognozzi solicitava uma remuneração mensal de R\$ 25 mil por seus serviços, mais uma verba de R\$ 10 mil mensais para cobrir as seguintes despesas: pagamento de um flat em São Paulo, para onde se deslocaria semanalmente (o jornalista morava em Brasília); alimentação, telefone e deslocamentos na capital paulista e verba de representação. O jornalista também teve o cuidado de esclarecer que as passagens aéreas seriam pagas separadamente pelo cliente (Opportunity).

No encaminhamento do pedido, Guilherme Sodré, que provavelmente é funcionário do Opportunity, aconselha Rodenburg a aceitar a proposta, uma vez que, na sua opinião, “está dentro do padrão de mercado, sobretudo pela responsabilidade do trabalho”.

Tudo indica que Marcelo Tognozzi foi contratado por Daniel Dantas.

3) Ney Figueiredo

Em 2 de setembro de 2004, o jornalista, escritor e consultor político Ney Figueiredo, enviou um e-mail a Daniel Dantas relatando que um dos diretores do Opportunity, Dório Ferman, havia declarado, à Revista Exame, que o grupo vinha sofrendo um “massacre na mídia, sem o qual a captação de recursos seria maior”. O motivo do massacre seria a disputa entre Dantas e a Telecom Italia.

No e-mail, Figueiredo demonstra claramente trabalhar para o dono do Opportunity e exorta o “chefe” a ser expor mais diante das pessoas que mantêm negócios com o banco. Na opinião de Figueiredo, os acordos normalmente são bem-sucedidos, mas a ausência de Dantas aos eventos sociais que os selam, incomoda a muitos dos parceiros comerciais.

Figueiredo afirma estar frustrado porque a maioria das ações de trabalho que ele propôs não deu certo, por falta de apoio e participação efetiva de Dantas. Fazendo uma analogia com John

¹ Observa-se que o Opportunity tem grande interesse na atuação deste órgão do Ministério da Justiça, uma vez que suas decisões têm peso importante no que se refere a fusões de empresas públicas e privadas no Brasil.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Rockfeller, ele sugere que o chefe se vincule a projetos social e culturalmente corretos para estar presente nos meios de comunicação de forma positiva.

Ao final do e-mail, Figueiredo afirmou que estava lançando um livro pela Ed. Cultura, chamado “Diálogos do Poder”, onde ele abordava sua trajetória profissional, incluindo trabalhos com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele propõe a inserção, no livro, da experiência de assessoramento a Dantas, bem como uma narrativa sobre a forma de atuação da Telecom Itália, numa parte da obra dedicada à imprensa.

ANÁLISE DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

Durante o processo investigatório, foram feitas interceptações telefônicas mediante autorização judicial, as quais revelaram, de forma clara, os contatos de Daniel Dantas e pessoas de seu círculo de negócios e amizades com integrantes da imprensa.

1) Diálogo entre Daniel Dantas e uma jornalista não identificada (18 de fevereiro de 2008).

Um dos telefonemas interceptados ocorreu por volta das 21hs do dia 18 de fevereiro de 2008, quando o banqueiro telefonou a uma jornalista não identificada. No contato que durou aproximadamente 14 minutos, discutiu-se alguns assuntos relevantes.

Após desculpar-se pelo horário da ligação, Daniel Dantas foi direto ao ponto e afirmou que a jornalista deveria “fazer um arremate elegante e sair do assunto”. O assunto em questão é a venda da Brasil Telecom para a Oi e a atuação da Telecom Italia nesse processo, inclusive no tocante às denúncias de espionagem e suborno de autoridades brasileiras, conforme veiculado nas mídias italiana e brasileira. Esse tópico específico será abordado com maior profundidade nas análises de matérias de fontes abertas, mais à frente neste trabalho.

O diálogo segue com Daniel Dantas afirmando que há coisas estranhas ocorrendo e que “trata-se de uma briga que não vale a pena”. De acordo como ele, – durante o telefonema o banqueiro falou muito mais que a jornalista – esta profissional deveria manter-se, em suas reportagens, no tema em geral, na questão filosófica, pois os inimigos atacariam caso se sentissem acuados. Portanto, afirma Dantas, é melhor recuar, o que é diferente de fugir e, para isso, dever-se-ia dar “um acabamento institucional e sair do assunto”.

A jornalista faz uma afirmação reveladora, ao dizer que “se a Veja fosse continuar...”.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Dantas então afirma que ela já recuou e teria algum motivo para isso. “A página do Diogo (Mainardi) mudou de lugar. O Diogo afirmou na segunda-feira que não vai continuar. O ‘outro’ liga de lá preocupado. Tem alguma coisa acontecendo”.

Durante o telefonema, Dantas cita o atual Ministro Roberto Mangabeira Unger, narrando uma história que este lhe havia contado sobre como não sair de uma situação depressa demais, de modo a parecer covardia, nem sair lentamente demais, de modo a parecer provocação.

Em seguida, Dantas sugere um “acabamento macro para então sumir do assunto”. De acordo com ele, as referências à Telemar (Oi) até podem continuar sendo abordado ligeiramente por um tempo, mas o tema Telecom Italia não deve mais ser tocado.

Ele afirma que se soubesse que “a coisa era desta dimensão, ele teria adotado estratégias diferentes, por que tem alguma coisa muito grande aí”. Observa-se que, a todo o momento, Dantas se mostra preocupado com algo que poderia estar ocorrendo e cujos reflexos já se fariam sentir junto a alguns jornalistas, que estariam tentando se afastar dele ou de alguns assuntos que vinham abordando por sua determinação.

Quando a jornalista diz que, de fato, não há nada novo, nenhuma informação recente a justificar a manutenção do tema em evidência e, portanto, não seria problema sair dele, Dantas afirma ter informações novas, mas não as repassaria por telefone.

Este é um momento importante do diálogo e permite chegar-se a uma inferência. Se Daniel Dantas desconfia que seu telefone esteja sob escuta da Polícia Federal (e ele nunca descarta essa possibilidade), é possível que as orientações dadas à jornalista sejam parte de uma técnica chamada de “desinformação”, ou seja, iludir o inimigo com dados falsos, confundindo-o. Todavia, esta é apenas uma possibilidade, e, em princípio, não há elementos que permitam tomá-la como absoluta. Trata-se, apenas, de uma linha de raciocínio a ser considerada pela investigação.

A jornalista afirma ter feito um arquivo de notícias a respeito desta “bagunça”, no qual constam reportagens desde o ano 2000. A “bagunça” em questão seria a privatização do Sistema Telebrás, nos anos 1990, e a participação do Opportunity, fundos de pensão e Citibank em diversos episódios de parcerias, desentendimentos e disputas judiciais.

No último trecho do telefonema, Dantas afirma que “todo mundo está distraído com duas questões acessórias: os benefícios ao consumidor da fusão entre a Telemar (Oi) e a Brasil Telecom e a participação de Demarco (Luiz Roberto Demarco) nesse assunto. Demarco é um agente de um enredo bem maior, e ele nem sabe disso. Tem muita coisa envolvida, tem muito interesse em jogo...”



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

As matérias de fontes abertas, analisadas neste trabalho, abordam a participação de Demarco no caso Brasil Telecom.

Finalmente, Daniel Dantas reforça que seus adversários (que ele em momento algum cita quais são) podem criar uma situação artificial e repeti-la na mídia, até que ela seja aceita por todos, e sentencia à jornalista: “dê um acabamento digno e saia do assunto. Faça o que eu estou dizendo até que possamos nos encontrar pessoalmente, aí você entenderá os meus motivos”.

* * *

2) Diálogo entre o jornalista Leonardo Attuch e a secretária de Naji Nahas (10 de março de 2008)

Neste diálogo, Leonardo Attuch, jornalista da Revista IstoÉ Dinheiro, tenta falar com Naji Nahas. A secretária questiona se é a respeito do horário, e ele responde que não. De acordo com o jornalista, Independentemente de ter agendado um encontro pessoal com o investidor, ele gostaria de “dar uma palavrinha” pelo telefone com Nahas.

A secretária informa que seu chefe não se encontra, mas, tão logo ele retorne, receberá o recado de que Attuch deseja falar-lhe.

Este diálogo é importante porque evidencia a existência de contatos entre o jornalista, um dos que mais freqüentemente escreve sobre o caso Brasil Telecom, e Nahas, amigo e colaborador de Daniel Dantas.

3) Diálogo entre duas secretárias, sendo uma delas a de Naji Nahas (10 de março de 2008)

Neste breve diálogo, a secretária do investidor Naji Nahas telefona a outra secretária, de pessoa não identificada, para agendar um almoço entre Nahas e a jornalista Vera Brandimarte, diretora da Revista Valor Econômico, o que deveria ocorrer no dia 18 ou 19 daquele mês. A secretária de Nahas afirma que uma pessoa, de nome Andreoli, pediu para ressaltar que aquele almoço era “importantíssimo”.

Salienta-se, uma vez mais, que Naji Nahas é suspeito de atuar em conjunto com Daniel Dantas.

4) Diálogo entre as mesmas secretárias (11 de março de 2008)

O telefonema, feito pela secretária de Nahas, teve como objetivo esclarecer os detalhes do encontro entre o investidor e jornalistas. Ambas parecem confusas a respeito das pessoas que participarão, mas foi possível saber que estava marcado um almoço entre Nahas, o jornalista



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Paulo Andreoli² e Thomas Traumann, da Revista Época. Havia uma dúvida entre as secretárias se Vera Brandimarte participaria da reunião.

* * *

5) Diálogo entre Roberto D'Ávila e Naji Nahas (12 de março de 2008)

Neste telefonema, um indivíduo que se identifica como Roberto D'Ávila - há um importante jornalista com esse nome – informa a Nahas que esteve com “o amigo de Minas Gerais”, o qual declarou estar muito satisfeito com o trabalho de outra pessoa, identificada como “o amigo gordinho de São Paulo”, que estaria tendo uma excelente atuação junto ao “número 1”.

D'Ávila pede a Nahas que agradeça ao “gordinho” e lhe comunique a satisfação do “amigo de Minas Gerais”. Finalmente, o jornalista solicita ao investidor que agende um encontro com “gordinho”, pois gostaria de “fazer uma grande entrevista, uma coisa bonita sobre a vida dele”. Naji Nahas concordou em intermediar o encontro.

* * *

6) Diálogo entre Luiz Eduardo Greenhalgh e um indivíduo chamado Guilherme (Guiga) (13 de março de 2008)

Neste diálogo de aproximadamente 12 minutos, os interlocutores discutem a iminência de celebração de um grande negócio, e, embora em momento algum citem que negócio seria esse, o tema ocupa boa parte do tempo da conversa. Acredita-se que se estivesse falando da venda da Brasil Telecom para a Oi.

O interlocutor de nome Guilherme informa ter participado de uma reunião decisiva com “os compradores” e estes deram como prazo final para a concretização do negócio o domingo seguinte à conversa (16 de março de 2008). Caso não fosse fechado um acordo definitivo até aquela data, para que o contrato fosse redigido no dia 17 de março, a negociação seria cancelada.

A certa altura, eles começam a falar sobre o papel da mídia, especificamente de uma matéria que havia sido publicada no Jornal Folha de São Paulo no dia anterior (12 de março de 2008).

Luiz Eduardo Greenhalgh afirma que esteve em Brasília neste dia e tentou falar com sua “amiga” – dando a entender que se tratava de uma pessoa importante no Governo Federal. O interlocutor sabia quem era, mas o nome não foi citado. De acordo com Greenhalgh, a referida autoridade não quis recebê-lo e mandou avisar, por meio de sua assessoria, que somente se encontraria com ele no dia 24 daquele mês, quando o assunto (negócio) estivesse resolvido, por que o

² Pelo que se pesquisou, Paulo Andreoli seria proprietário de um site de notícias em Rondônia.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Governo já havia interferido demais nessa questão e agora seria a vez de as partes em negociação resolverem suas pendências.

Greenhalgh disse acreditar que essa reação da autoridade, ou seja, não querer tratar desse assunto com ele antes do dia 24, seria decorrência da matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 12 de março.

Esta matéria, de autoria da jornalista Elvira Lobato, tem o seguinte título: “Exigências do Opportunity atrasam venda da Brasil Telecom”. Nela, a jornalista afirma que Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, ex-gestor da Brasil Telecom, mantém disputas judiciais com os acionistas controladores da operadora, quais sejam: o Citigroup e fundos de pensão ligados a empresas estatais. Nestas ações, o Opportunity estaria cobrando, do Citigroup, uma indenização de US\$ 100 milhões para compensar a suposta perda de mercado que o banco teria sofrido com o desgaste de sua imagem desde que o grupo de Dantas fora afastado da gestão da Brasil Telecom, em 2005.

A matéria ressalta que essa nova exigência do banqueiro vem criando obstáculos à compra da Brasil Telecom pela Telemar Participações (Oi), uma vez que os compradores, que são os grupos Andrade Gutierrez e Jereissati, somente admitem a concretização do negócio quando as pendências judiciais com o Opportunity estiverem solucionadas.

No final da conversa, Luiz Eduardo Greenhalgh faz o seguinte comentário: “Temos que nos cuidar em relação à imprensa”. Em seguida ele solicita ao interlocutor para que “isole o nosso Daniel das informações de imprensa”.

Greenhalgh possivelmente estava solicitando ao indivíduo identificado como Guilherme para que utilizasse algum artifício de modo a manter o nome de Dantas longe do noticiário, uma vez que o banqueiro vinha intencionalmente criando obstáculos à concretização da venda da Brasil Telecom à Oi e essa postura estaria irritando membros do alto escalão do Governo Federal, interessados na concretização do negócio.

7) Diálogo entre Naji Nahas e um indivíduo identificado como Paulo (sem data)

Naji Nahas inicia o diálogo afirmando ter recebido um alerta de Daniel Dantas. Um grupo, composto por pessoas identificadas como Carmelo Fursi, Paulo Marinho, Dalpino e Demarco, em depoimento à Procuradoria Italiana, teria apontado a ele (Nahas) como sendo o operador de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

um esquema de corrupção no Brasil, financiado pela Telecom Italia, por ordem de seu então Presidente, Tronchetti Provera. ³

Em tom preocupado, Nahas nega diversas vezes ao seu interlocutor que seria ele o responsável por esse esquema no Brasil. De acordo com ele, seu trabalho se resumia a tentar um acordo entre a Telecom Italia e os sócios brasileiros da Brasil Telecom para a compra desta operadora por sua congênere européia.

Nahas afirmou que Daniel Dantas lhe prevenira que a jornalista Elvira Lobato estaria preparando uma matéria sobre ele (Nahas) e o próprio Dantas teria se recusado a ser entrevistado pela jornalista para falar sobre esse assunto⁴.

Em um dado momento da conversa, ao negar que fazia lobby no Brasil para a Telecom Italia, Nahas afirmou que Provera “comprou Daniel Dantas”. Paulo então questiona sobre os motivos pelos quais Carmelo Fursi, Demarco e os demais citados, teriam interesse em envolvê-lo nisso, ao acusá-lo que corromper autoridades brasileiras com dinheiro da Telecom Italia para que estas atuassem em favor dos interesses da operadora italiana no País.

Nahas respondeu que, de acordo com a opinião de Daniel Dantas, isso seria para desviar o foco, na imprensa, dos reais responsáveis pela condução do suposto esquema de subornos.

Neste ponto da conversa, Nahas parece ter um insight e afirma o seguinte: “do jeito que o Daniel é diabólico, ele pode estar pondo o foco em mim para me forçar a dizer quem eram as pessoas que estavam corrompendo autoridades brasileiras, em prejuízo de seus interesses. Mas eu não sei”.

Esse comentário significa que ele percebeu a possível intenção de Daniel Dantas em manipulá-lo. Nahas, pensando estar defendendo a si mesmo, poderia apontar, perante a Justiça e a opinião pública, que um grupo de pessoas ligadas à operadora de telefonia italiana, havia montado um esquema de corrupção no Brasil para prejudicar Dantas na disputa pelo controle da Brasil Telecom. Todavia, ele afirma não saber nada sobre essa história.

³ Há indícios de que a Telecom Italia tenha subornado (ou tentado subornar) autoridades brasileiras para que essas a beneficiassem em suas disputas contra Daniel Dantas pelo controle da Brasil Telecom.

⁴ Uma explicação mais detalhada sobre a participação de Nahas no caso Telecom Italia pode ser encontrada na análise do livro “Lula é Minha Anta” e da reportagem da revista italiana “Panorama”, ambos neste trabalho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Dando seguimento ao diálogo, Nahas questionou sobre a jornalista Elvira Lobato que estaria publicando matérias sob encomenda, a respeito do esquema de corrupção da Telecom Italia no Brasil.

Paulo responde que Elvira é “agressiva e violenta” e Nahas então diz que, sendo assim, não quer falar com ela. Na seqüência ele afirma, em tom não muito seguro, que até o momento, a imprensa brasileira ainda não se referiu a ele no esquema da operadora italiana.

Paulo então o desmente, informando-o que Diogo Mainardi, colunista da Revista Veja, já teria feito tal referência. Nahas responde que o está processando. Paulo então complementa dizendo que o Jornal Folha de São Paulo também havia mencionado algo e se prontificou a mandar a reportagem por e-mail para Nahas. E a conversa foi encerrada.

Deste diálogo é possível concluir que Elvira Lobato estaria trabalhando para apontar Nahas como agente a serviço da Telecom Italia no Brasil. Notícias desta natureza interessam a Daniel Dantas, pois o colocam na condição de vítima de um esquema para prejudicar seus negócios. Muito provavelmente, Lobato seja uma das jornalistas de confiança de Dantas para implantar, na mídia, tais reportagens.

8) Diálogo entre Naji Nahas e Delfim Netto (sem data)

Neste telefonema, Nahas procura o ex-Deputado Federal para reclamar de uma reportagem publicada contra ele no blog de Mino Carta. Visivelmente irritado, o investidor afirma que Paulo Dalpino e Paulo Marinho têm Mino Carta no bolso e este jornalista é inimigo mortal de Daniel Dantas. Como é sabido que ele (Nahas) vinha ajudando Dantas a chegar a um acordo com Marco Tronchetti Provera, então Presidente da Telecom Itália, Carta estaria interessado em difamar sua imagem, afirmou Nahas. Ele diz também que Paulo Marinho e Dalpino corromperam policiais brasileiros para que prendessem Dantas, mas em seguida afirma não ter certeza disso.

Em seguida, Nahas lê a reportagem para Delfim, a qual diz que a Revista Panorama, da Itália, revelou que o esquema de propinas pagas a autoridades brasileiras pela Telecom Italia, tinha Nahas como executor, serviço pelo qual ele havia recebido 25 milhões de euros. A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados investigaria o caso uma vez que parlamentares desta Comissão teriam sido subornados em 2003. Exaltado, o investidor afirma que processaria Mino Carta.

Delfim então o desestimula, ponderando que uma ação judicial não seria o caso. Ao invés disso seria melhor, na opinião do ex-Deputado, que Nahas enviasse um e-mail a Mino Carta lamentando que ele esteja reproduzindo e informações falsas veiculadas em outro meio de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

imprensa, e solicitando do jornalista uma reparação na próxima edição do blog, inclusive com o desmentido acerca do recebimento de 25 milhões de euros.

Mais calmo, Nahas concorda. Delfim então se prontifica a falar com Mino Carta para dizer-lhe que as informações publicadas a respeito do investidor eram absurdas.

* * *

9) Diálogo entre Naji Nahas e Paulo (sem data)

Neste diálogo, Paulo comunica a Nahas sobre a intenção de Elvira Lobato de citá-lo numa reportagem prestes a ser publicada. Todavia, ele tranqüilizou o investidor explicando-lhe que já havia solicitado à jornalista para não concretizar a matéria porque a informação a ser veiculada, de que Nahas havia recebido 25 milhões de euros, era incorreta.

A jornalista então sugeriu um encontro “off the record”⁵ com Nahas, para esclarecer o assunto. Na opinião de Paulo, expressa no diálogo, essa seria uma boa oportunidade para tomá-la como aliada. De acordo com ele, apesar de Elvira Lobato ser “agressiva”, ela é influente no meio jornalístico e pode ser considerada uma formadora de opinião. Paulo disse acreditar que o “off the record” poderia ser aproveitado para “desviar a atenção, conduzindo-a na direção correta”.

Paulo disse, ainda, ter se utilizado do vínculo de amizade para falar a Elvira sobre o equívoco que seria publicar a notícia a respeito dos 25 milhões de euros que Nahas supostamente ganhara da Telecom Italia. Ele (Paulo) concordou em tentar promover um encontro entre Elvira e Nahas, mas, enquanto isso não ocorresse, ela deveria se comprometer a não publicar qualquer notícia sobre o investidor. Ficou então combinado que Elvira telefonaria no dia seguinte para Paulo, a fim de agendar o “off the record”.

Neste telefonema ficam evidenciadas manobras para a manipulação da mídia em favor de interesses de pessoas ligadas direta ou indiretamente ao grupo de Daniel Dantas.

Há dois aspectos interessantes a salientar. Primeiramente, Nahas comentou com Paulo que Dantas não passa informações relevantes por telefone. O investidor deveria ir ao Rio de Janeiro/RJ para encontrar-se pessoalmente com o banqueiro se quisesse saber algo de interesse. Em segundo lugar, a insistência com que Nahas afirma “não entender nada de corrupção, nunca ter subornado ninguém no Brasil”, frases constantes em suas conversas e repetidas sempre da mesma forma, podem ser indicativas de que ele sabe – ou desconfia - que seu telefone esteja sob interceptação.

⁵ “Off the Record” é um jargão jornalístico que significa um encontro entre o profissional de mídia e uma fonte. O produto desse encontro não necessariamente virará notícia, mas serve para orientar a busca da informação pelo profissional.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

* * *

10) Diálogo entre Naji Nahas e um indivíduo identificado como Sérgio (sem data)

Neste diálogo curto, de pouco mais de 2 minutos, o interlocutor identificado como Sérgio, diz, de forma clara e direta, que Diogo Mainardi, da Revista Veja é aliado. Nahas rebate afirmando que o jornalista o tem atacado no caso Telecom Italia e, portanto, não se trata de alguém em quem se possa confiar. Na seqüência, Nahas sentencia: “Mainardi está a serviço do Daniel”. De acordo com ele, há pessoas na Revista Panorama que trabalham para publicar assuntos de interesse de Dantas na imprensa italiana, e Mainardi as reproduz no Brasil.

Sérgio então afirma que “de qualquer forma, o Lauro Jardim⁶ é aliado e isso deve ser usado com cuidado”. Após essas afirmações, eles tratam brevemente de outros assuntos e o diálogo se encerra.

Como o propósito do presente trabalho é abordar a manipulação de setores da mídia por interesses econômicos, este telefonema, por seu grau de explicitude, dispensa maiores explicações.

* * *

11) Diálogo entre Naji Nahas e Roberto D’Ávila (sem data)

Roberto D’Ávila apresentou alguém a Naji Nahas. Como não foi dito o nome da pessoa, é impossível saber se é outro jornalista. Os três jantaram juntos, provavelmente na residência do investidor. Neste telefonema, de apenas alguns segundos, D’Ávila entrou em contato para dizer que o indivíduo gostou muito de ter conhecido Nahas, e o investidor demonstrou satisfação com isso.

Em seguida, D’Ávila comentou sobre a importância deste tipo de contato, para somar pessoas aliadas, o que funcionaria não a curto, mas a médio prazo. O jornalista aproveitou para agradecer pelo jantar.

Antes de desligar, porém, Nahas falou sobre a necessidade de resolver algo em relação ao Eike. Supostamente estava se referindo ao empresário Eike Batista.

D’Ávila então se dispôs a marcar um encontro entre os três. Salienta-se que este, pelo tom de voz e a forma de se expressar, muito provavelmente é o apresentador do programa “Conexão Roberto D’Ávila”, que vai ao ar pela TV Brasil.

⁶ Lauro Jardim é Editor Especial da Revista *Veja*.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A análise deste telefonema permite depreender que Roberto D'Ávila é um dos facilitadores das atividades de Nahas e, por extensão, de Daniel Dantas. Isso fica patente quando ele se mostra interessado em estabelecer contatos e angariar aliados para o investidor.

* * *

12) Diálogo entre Naji Nahas e Sérgio (sem data)

Neste diálogo, também muito breve, Nahas informa a seu interlocutor ter almoçado na véspera com Johnny Saad, Presidente do Grupo Bandeirantes. De acordo com o investidor, Saad quer cuidar da imagem dele (Nahas) utilizando para isso, a TV Band.

Nahas diz que essa oferta de consultoria em marketing pessoal decorre do fato de Saad estar interessado em comprar uma TV a cabo e, para isso, necessitar de financiamento. Extremamente cauteloso com as palavras, o investidor percebe um possível deslize verbal e imediatamente muda de assunto.

Nahas, ao telefone, evita tudo possa comprometê-lo. Para isso, ele fala sobre assuntos sensíveis de forma tão vaga e lacônica que às vezes até seus interlocutores parecem um tanto perdidos sobre o tema da conversa.

* * *

13) Diálogo entre Naji Nahas e a secretária (sem data)

Neste diálogo, Nahas, com a voz rouca, diz à secretária, de nome Maria do Carmo, estar gripado e “cansado já disso”. Ela afirma que Roberto D'Ávila já havia ligado novamente em busca de dinheiro. Nahas então pede para falar com um indivíduo de nome Antônio, provavelmente seu funcionário.

O investidor questiona a Antônio quanto dinheiro havia chegado e este informa a quantia de R\$ 50 mil, mas havia ainda uma sobra de R\$ 28 mil de uma remessa anterior. Nahas então determina a Antônio para que ponha os R\$ 50 mil em um envelope e entre à secretária.

Em seguida, Nahas diz a Maria do Carmo para entrar em contato com D'Ávila avisando-lhe que pode passar para apanhar o envelope. Nahas a orienta no sentido de informar ao jornalista que “a pessoa” somente enviou aquela quantia, e não o total solicitado por D'Ávila.

Pelo diálogo, fica claro que Nahas é intermediário em pagamentos feitos a jornalistas, em favor de alguém. Não se pode descartar a possibilidade de que essa pessoa seja Daniel Dantas e os profissionais de imprensa talvez estejam recebendo dinheiro para publicar ou divulgar matérias, entrevistas, notícias e reportagens favoráveis aos interesses do banqueiro e de seu grupo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

* * *

14) Diálogo a secretária e Roberto D'Ávila (sem data)

A secretária telefona ao jornalista para avisar sobre o dinheiro. Este, aparentemente satisfeito, disse que o apanharia em meia hora.

O PARADIGMA - O PAPEL DA MÍDIA NA QUEDA DO PRESIDENTE DO SENADO

A manipulação da mídia, foco central desta análise, pode atingir diversas personalidades públicas, quando há interesses ocultos em difamá-las, enfraquecendo-as, desacreditando-as ou mesmo levando-as à bancarrota. As bases sobre as quais se combate um adversário por meio da mídia devem ser preferencialmente verdadeiras ou, ao menos, verossímeis. O que caracteriza o ataque é a escolha e perseguição insistente a determinado alvo, inculcando no público, pela repetição e virulência, uma imagem negativa.

O objetivo dos ataques na mídia pode ser a destruição de um adversário político ou de um concorrente empresarial. Pode, ainda, visar a afastar um indivíduo, na esfera estatal ou privada, quando este obstaculiza ou, simplesmente, não serve mais aos interesses do grupo político ou econômico que detém o controle de setores da imprensa.

A seleção de temas apresentados à sociedade (expondo ou omitindo ações e pensamentos de pessoas e instituições) é uma das importantes ferramentas nesse processo e pode tanto atingir quanto proteger indivíduos, de acordo com os objetivos que se deseja alcançar.

Recente ataque planejado na mídia, caracterizado como “guerra psicológica de informações”, foi dirigido, em 2007, contra o senador Renan Calheiros, quando ele era Presidente do Senado Federal. A relevância e repercussão do episódio fazem dele um exemplo interessante da utilização da imprensa como instrumento político, o que vai além da mera função informativa, a qual tanto se apregoa quando se trata de defender a liberdade jornalística. Por esse motivo, o comportamento sistemático da Revista Veja contra Calheiros foi escolhido como estudo de caso para ilustrar essa análise, em que pese a ausência de relação direta com as atividades de Daniel Dantas e do Banco Opportunity, mas mostra o poder da estratégia que, se suspeita, seja utilizada por estes.

Não se trata de defender ou acusar o senador, o mérito desta questão não é pertinente a este trabalho. Pretende-se, isto sim, analisar o comportamento da mídia visando à compreensão de um modus operandi, o qual fora planejado e dirigido a um fim claro e específico: retirar o senador



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. O grupo que conduziu a “guerra psicológica” não é conhecido, mas sabe-se que ele empreendeu outras ações contra Calheiros fora do âmbito da mídia, as quais não serão aqui abordadas.

O trabalho elaborado pela mídia contra Calheiros se desenvolveu em vários veículos de comunicação; todavia, com a finalidade de conferir operacionalidade a esta análise e evitar complicações excessivas e desnecessárias, optou-se por focar apenas a Revista Veja, que foi a mais incisiva e insistente nos ataques ao senador.

Durante o ano de 2007, a Revista Veja lançou 15 edições em que, na capa, abordava aspectos negativos relacionados ao senador, sempre em tom alarmista. Em alguns casos, a manchete foi de capa inteira e, em outros, apareceu como nota na parte superior da capa. Esta estratégia de repetição da mesma notícia costuma cansar o leitor, motivo pelo qual não é muito utilizada, a menos que se queira induzir a opinião pública.

Independentemente de serem verdadeiras ou falsas as acusações, a conspiração para destituir Calheiros da Presidência do Senado ficou evidenciada quando ele renunciou ao cargo – mas não ao mandato de senador - e os ataques cessaram. Ou seja, não se buscava a moralidade administrativa, os interesses eram distintos e se vinculavam ao comando no Poder Legislativo⁷.

Pelos dados coletados, a Revista Veja iniciou seus ataques ao senador na edição de 30 de maio de 2007. Nesta ocasião, ao noticiar a realização da Operação Navalha, da Polícia Federal, Veja vinculou Renan Calheiros ao empresário Zuleido Veras, dono da empresa Gautama, que vinha sendo investigada por fraudes contra o erário público. A reportagem “O senador e o lobista” afirma que a empreiteira de Veras financiava parte das despesas pessoais de Calheiros e, portanto, o parlamentar devia explicações à sociedade.

A menção seguinte ao senador ocorreu na capa da edição de 6 de junho de 2007 e, na página 62, inicia a reportagem “Eles são unha e carne”, referindo-se a Renan Calheiros e Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior. O jornalista Policarpo Júnior, responsável pela matéria, afirma que Gontijo era encarregado do pagamento da pensão alimentícia da filha que o senador tem com a jornalista Mônica Veloso. Gontijo também pagaria o aluguel do apartamento onde ambas moravam. Na reportagem fica explícito o questionamento sobre os motivos pelos quais o senador receberia favores financeiros de empresas privadas.

No dia 13 de junho – observe-se que muitas matérias foram publicadas em edições sequenciais - , Veja estampou uma grande fotografia de Mônica Veloso na capa, com a seguinte manchete: “Os advogados de Renan apareceram com duas sacolas de dinheiro”. Na página 54, o mesmo

⁷ O Presidente do Senado Federal também preside a Mesa do Congresso Nacional.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

jornalista (Policarpo Júnior) assina a reportagem de sete páginas contendo a versão de Mônica Veloso, a qual reiterou que Cláudio Gontijo pagava suas contas por determinação de Renan Calheiros. Ressalte-se a inexistência de fatos novos que justifiquem a publicação da matéria. O objetivo parece ser apenas manter o alvo em evidência e alimentar o escândalo, batizado pela Revista de Renagate, em alusão ao episódio de Watergate que, em 1974, derrubou o então Presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon. Note-se que em ambos os casos, a finalidade é a mesma, ou seja, a queda de uma autoridade pública.

Na edição de 27 de junho, a fotografia de capa da Revista Veja foi dedicada ao senador com a seguinte legenda: “Por que ele tem de sair”. Neste momento, após uma fase de preparação da opinião pública, chega-se ao ponto crucial: a reivindicação da renúncia ou destituição do cargo de Presidente do Senado.

Em razão do ponto de inflexão, esta edição é estratégica. Inicialmente, nas chamadas “páginas amarelas”, o ex-governador de São Paulo e candidato derrotado à Presidência da República, Geraldo Alckmin é entrevistado. Uma das perguntas feitas é a seguinte: “No Senado vemos um esforço desmedido para enterrar a investigação do caso Renan Calheiros. Esse é um dos maus exemplos da política brasileira?” Alckmin responde que qualquer promiscuidade entre o público e o privado necessita ser investigada e que há um espírito de corpo dos senadores para que o caso não seja investigado e, por isso, o Senado Federal falhou. Esta frase – O Senado Falhou - foi destacada na página inicial da entrevista, com letras grandes. Logo abaixo dela, a nota de chamada diz o seguinte: “O ex-governador diz que os senadores estão sendo lenientes no caso Renagate e conta como prepara sua volta ao debate político nacional”. Ou seja, entre vários aspectos da entrevista, optou-se por destacar um dos pontos acessórios, a opinião de uma personalidade do mundo político sobre a polêmica envolvendo Renan Calheiros.

Na página 57 desta edição, o jornalista Olavo Cabral é o responsável pela matéria “Hora de partir”. Nela, afirma-se que o senador, sem conseguir provar sua inocência, cria constrangimentos à Casa Legislativa que preside e a superação da crise exige sua renúncia.

Em suas 11 páginas, a matéria desenvolve a seguinte linha de raciocínio: as contradições entre os pontos abordados e os omitidos por Calheiros em sua defesa; a atuação de aliados no Conselho de Ética para inocentá-lo, com os nomes e fotografias dos senadores (os que não condenaram Calheiros publicamente eram mostrados quase que como cúmplices de seus supostos crimes); a evolução patrimonial do senador suspeito, com um gráfico e imagens de seus imóveis em Alagoas; a apresentação de Bruno Mendes, parente de Cláudio Gontijo e que também teria repassado dinheiro a Mônica Veloso e, finalmente, a coluna do jornalista André Petry que afirma o seguinte sobre Calheiros: “Seu cinismo chegou a um grau nunca antes



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

atingido. Sua falta de compostura é mais um sinal eloqüente de que perdeu as condições de presidir o Senado”. Uma leitura atenta evidencia que o conteúdo desta reportagem foge aos padrões do jornalismo informativo, caracterizado por permitir ao leitor tirar suas próprias conclusões. Trata-se, neste caso, de um exemplo típico de uso político da mídia.

Na edição da Revista Veja, de 8 de agosto de 2007, a fotografia do senador aparece na capa, estando ele sentado sobre uma imensa laranja (graças aos recursos da computação gráfica), tendo ao lado o título “Mais laranjas de Renan: Como o senador se tornou dono oculto de duas rádios em Alagoas. Ele pagou 1,3 milhão em dinheiro vivo”. A matéria no interior da publicação tem 6 páginas com muitas fotografias, inclusive de extratos de documentos – tentativa de dar maior credibilidade às acusações de que Renan Calheiros tem um patrimônio paralelo em Alagoas o qual estaria em nome de terceiros, os chamados “laranjas”.

Em 15 de agosto, o parlamentar é novamente mostrado em nota na capa da Revista, com a seguinte frase: “O usineiro João Lyra confirma: Renan usava laranjas e pagava em reais e dólares”. Na página 78, reportagem sob a responsabilidade do jornalista Alexandre Oltramari afirma que, de acordo com um ex-sócio, Calheiros adquiriu emissoras de rádio e jornais em Alagoas, os quais foram registrados em nome de “laranjas”. Esta reportagem também é um mero desdobramento da anterior e ambas poderiam ser apenas uma. Todavia, o objetivo parece ser o de manter o assunto em evidência.

Na semana seguinte (edição de 22 de agosto de 2007), nota de capa da Revista Veja diz: “Perícia incrimina Renan”. Na página 58, a manchete é a seguinte: “Só falta a degola”. Neste caso, a publicação defende abertamente a cassação do senador por quebra de decoro parlamentar. Os argumentos da Revista baseiam-se em perícias realizadas pela Polícia Federal apontando que Calheiros apresentou documentos falsos em sua defesa na Comissão de Ética do Senado Federal.

Convém salientar que o grupo por trás do ataque a Renan Calheiros na mídia provavelmente visava apenas a cadeira de Presidente do Senado. Aqui parece estar sendo utilizada a estratégia de pressionar por sua cassação – ato extremo – para que, posteriormente, a simples destituição da Presidência, com a preservação do mandato parlamentar, pareça, ainda, uma vitória.

Na edição de 29 de agosto, nova nota de capa: “Conselho de Ética vai pedir a cassação do senador”. Na reportagem “A farsa na reta final” à página 80, afirma-se que Renan Calheiros teria seu pedido de cassação pedido pelo Conselho de Ética do Senado. O motivo, de acordo com a reportagem, foi o fato de ele ter utilizado um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagar suas despesas pessoais. Observe-se que a Revista permanece orbitando em torno das mesmas denúncias.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

No dia 5 de setembro de 2007, a Revista Veja veiculou na parte superior da capa uma pequena fotografia de Renan Calheiros – fugindo ao seu padrão normal de diagramação – com a legenda “Testemunha diz à polícia que o senador é sócio de um lobista em negociatas e propinas”. Na página 72, em matéria de Diego Escosteguy, a publicação novamente afirma que Renan Calheiros manteria contatos com lobistas envolvidos em atos de corrupção. O aprofundamento da matéria ficaria para a edição seguinte.

Em 12 de setembro, nova capa com referência ao parlamentar. Desta vez, a Revista apresentou uma entrevista como o advogado Bruno Lins que seria testemunha do relacionamento entre Renan Calheiros e o lobista Luiz Garcia Coelho. De acordo com a reportagem, o advogado afirmou que o lobista, seu ex-sogro, e o senador eram cúmplices e sócios em operações e negócios que envolviam interesses dentro da administração pública. Além de corrupção, as denúncias incluem tráfico de influência, num esquema em que o lobista trabalharia em favor de Calheiros.

Na edição de 19 de setembro de 2007, a Revista estampou uma fotografia de capa inteira do parlamentar, com a seguinte legenda: “Vergonha! Como o Senado enterrou a ética e salvou Renan Calheiros”. A partir da página 49, tem-se uma extensa reportagem assinada pelo jornalista Otávio Cabral com a manchete: “Os números da vergonha” e uma fotografia do painel do Senado Federal, provavelmente com o resultado da votação que impediu a cassação do mandato de Calheiros. A matéria, de 10 páginas, inicialmente narra alguns fatos ocorridos durante a sessão que decidiu pela preservação da legislatura do senador, diante da acusação de quebra de decoro parlamentar por ter suas despesas custeadas por lobistas.

Em seguida é traçado um pequeno histórico do caso, desde o episódio da jornalista Mônica Veloso, que tem uma filha com Calheiros. Em uma nota de rodapé de 6 páginas, intitulada “indignação nacional”, Veja veiculou as fotos e opiniões de 42 personalidades, entre artistas e acadêmicos, todos criticando a absolvição de Renan Calheiros.

Pelo tom agressivo da reportagem, percebe-se que a manutenção do mandato de Calheiros desagradou ao grupo que comandava a “guerra psicológica de informações”. Entretanto, a continuidade dos ataques nas edições seguintes da Revista Veja demonstra que a meta – a destituição do Presidente da Casa Legislativa – ainda estava por ser atingida.

No dia 10 de outubro, nova capa, desta vez com a seguinte nota: “Chantagem: Renan Calheiros agora espiona os colegas”. A reportagem afirma que o parlamentar havia encomendado um trabalho de espionagem de senadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido Democratas (DEM). Os dois alvos da ação, de acordo com a matéria, eram Marconi



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Perillo (PSDB) e Demóstenes Torres (DEM), ambos de Goiás. O objetivo seria flagrá-los em algum ato ilícito para depois chantageá-los em troca de apoio político.

Na edição seguinte da Revista Veja, sete dias depois, Renan Calheiros aparece em nota de capa com a legenda: “Licença de 45 dias é saída sem volta para o senador-escândalo”. A matéria de Otávio Cabral revela que o parlamentar havia anunciado seu afastamento temporário da Presidência do Senado após cinco meses de crise, cujo capítulo mais recente fora o episódio da tentativa de espionagem empreendida contra outros senadores. Em razão da turbulência e das pressões na mídia, diz a reportagem, líderes partidários concluíram não haver mais condições para que Renan Calheiros permanecesse na Presidência da Casa Legislativa.

A matéria afirma que o isolamento e a falta de apoio político levaram Calheiros a se afastar e lutar pela preservação de seu mandato, abrindo caminho para a sucessão no comando do Senado. Além disso, havia a ameaça de um grupo de parlamentares de paralisar as atividades a partir de novembro, caso Calheiros permanecesse na função de Presidente.

Em nota de rodapé, foram exibidas miniaturas de algumas das principais reportagens que Veja havia publicado nos últimos meses sobre o caso Calheiros. A análise da diagramação permite deduzir que se trata de uma reivindicação de reconhecimento ao trabalho da publicação em prol da saída do Presidente do Senado. Ainda que a renúncia não tenha, naquele momento, sido definitiva, nota-se certo ar de triunfo da Revista (ou do grupo que conduziu a campanha contra Calheiros) e um velado sentimento de que abdicação definitiva do Presidente seria uma questão de tempo.

No dia 31 de outubro de 2007, uma nota na capa da Revista trouxe a fotografia do senador Jefferson Péres, falecido em 2008, com a legenda: “Dossiê tenta intimidar Jefferson Péres, relator do caso Renan”. No texto, que inicia na página 56, o jornalista Otávio Cabral afirma que o senador amazonense estava sendo submetido a constrangimentos em razão do fato de ter aceitado relatar o processo, ainda em curso no Senado Federal, que investigava a aquisição de empresas de comunicação em Alagoas por Renan Calheiros.

De acordo com a matéria, assessores deste espalharam entre os senadores acusações e dossiês falsos atentando contra a idoneidade moral de Jefferson Peres. O objetivo seria desacreditá-lo como relator do processo que “tecnicamente teria o maior número de evidências de quebra de decoro parlamentar por parte de Renan Calheiros”.

No dia 5 de dezembro de 2007 (um dia após a renúncia definitiva ao cargo de Presidente do Senado), Calheiros é novamente tema de capa da Revista Veja. Desta vez, a legenda era a seguinte: “Perillo acusa Senado de espioná-lo e desconfia de Renan”. Desta vez, a matéria de Otávio Cabral relata que a polícia do Senado estava sendo acusada de contratar detetives



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

particulares para investigar a vida do senador Marconi Perillo, adversário de Calheiros quando este era Presidente da Casa Legislativa.

De acordo com a matéria, Perillo foi alertado para o fato de que sua vida privada estava sendo investigada por detetives particulares. Ele então acionou a polícia de Goiás, estado que representa, e esta descobriu que haviam sido contratados dois escritórios de detetives, um em Brasília e outro em Goiânia e que a contratação havia sido feita por pessoas da própria Polícia Legislativa do Senado Federal, possivelmente por ordem de Calheiros.

Esta matéria é uma reedição ampliada da que foi publicada no dia 10 de outubro e foi a última da série de capas sobre Renan Calheiros. Após sua renúncia definitiva da Presidência do Senado Federal, em 4 de dezembro de 2007, a Revista suspendeu a “guerra psicológica”. O objetivo já havia sido atingido, embora, reitera-se, ainda sejam desconhecidos o grupo e seus motivos.

Independentemente de serem falsas, parcialmente falsas ou completamente verdadeiras as acusações contra Calheiros – isto não está em questão neste trabalho – as 15 capas em que aparecem referências ao senador em sete meses, mostram como a mídia pode ser persistente e eficiente em consolidar uma idéia e uma imagem, contra ou a favor de determinada pessoa.

Renan Calheiros não é o foco deste trabalho. A referência a este caso, salienta-se uma vez mais, objetivou apenas dar mais propriedade à presente análise da atuação da mídia. A utilização deste exemplo recente da história política brasileira pareceu oportuna.

Para finalizar esta parte, é importante comentar que o banqueiro Daniel Dantas, elemento central da presente análise, é um profundo conhecedor do poder da mídia e o utiliza de forma competente para alcançar seus objetivos.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS REFERENTES AO CASO OPPORTUNITY/DANIEL DANTAS

Na seqüência deste relatório, são apresentadas algumas matérias jornalísticas publicadas nos últimos anos na imprensa brasileira e internacional, referentes ao Banco Opportunity/Daniel Dantas e o complexo quadro que envolve suas ações e disputas judiciais relacionadas ao setor de telefonia no Brasil. O objetivo é focar, em cada caso, a forma como Dantas e seus negócios são abordados, buscando mostrar sua influência, onde ela ocorrer, junto a jornalistas de diversos veículos de comunicação.

Antes das matérias, no entanto, constam duas tabelas quantitativas, sendo uma delas referente às reportagens publicadas sobre o caso Opportunity-Brasil Telecom e a outra, aos jornalistas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

responsáveis. O objetivo das tabelas é dar ao leitor uma idéia sobre a frequência dos veículos de comunicação e dos jornalistas que abordaram o assunto.

TABELA 1

TABELA QUANTITATIVA DE MATÉRIAS PUBLICADAS QUE CONSTAM NESTE TRABALHO

IMPrensa NACIONAL	
VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS
REVISTA PIAUÍ	3
REVISTA CARTA CAPITAL	6
REVISTA ISTOÉ	3
REVISTA ISTOÉ DINHEIRO	7
REVISTA VEJA	4



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

IMPrensa INTERNACIONAL	
VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	7
IMPrensa INTERNACIONAL	
VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS
REVISTA PANORAMA (ITÁLIA)	1
JORNAL CORRIERE DELLA SERA (ITÁLIA)	1
JORNAL FINANCIAL TIMES (INGLATERRA)	2

Observação: O livro “Lula é Minha Anta”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, não está incluído na tabela acima por se tratar de uma publicação da Editora Record, onde consta uma coletânea de colunas veiculadas em várias edições da Revista Veja ao longo de três anos. Portanto, deve-se creditar à Veja todo o material constante no livro.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

TABELA 2

TABELA QUANTITATIVA DOS JORNALISTAS QUE PUBLICARAM MATÉRIAS - NO ÂMBITO
DESTE TRABALHO -

NOME DO JORNALISTA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS
Janaína Leite	Folha de São Paulo	7
Leonardo Attuch	IstoÉ Dinheiro	6
Consuelo Dieguez	Revista Piauí / Veja	3
Sérgio Lírio	Carta Capital	2
Jonathan Wheatley	Financial Times	2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Mino Carta	Carta Capital	1
Paolo Manzo	Carta Capital	1
Luiz Antônio Cintra	Carta Capital	1
Hugo Marques	IstoÉ	1
Rodolfo Lago & Octávio Costa	IstoÉ	1
Luciana Sgarbi	IstoÉ	1
Gustavo Gantois	IstoÉ Dinheiro	1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Lauro Jardim	Veja	1
Alexandre Oltramari	Veja	1
Diogo Mainardi*	Veja	1
Giacomo Amadori	Revista Panorama	1
Luigi Ferrarela	Corriere Della Sera	1

* Observação: Nesta Tabela também convém ressaltar que Mainardi é um caso à parte porque suas colunas que abordam o caso Brasil Telecom/Daniel Dantas estão citadas no livro “Lula é Minha Anta”, abordado neste trabalho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

IMPrensa Nacional:

REVISTA PIAUÍ

Edição: nº 9, de junho de 2007

Matéria: “Todos contra Daniel Dantas”

Jornalista Responsável: Consuelo Dieguez

Em extensa e detalhada reportagem, a jornalista traça o perfil de Daniel Valente Dantas, desde o início de suas atividades econômicas, ainda na juventude, até dias recentes, quando ele esteve envolvido em grandes disputas societárias, juntamente com seu banco de investimentos, o “Opportunity”, os fundos de pensão de empresas estatais (com destaque para o Previ, do Banco do Brasil e o Petros, da Petrobrás) e o gigante estadunidense Citibank.

Consuelo Dieguez manteve diversos diálogos com Dantas, tendo sido o primeiro deles na sala da presidência do Opportunity, em um prédio no centro do Rio de Janeiro. O primeiro detalhe importante da entrevista é a preocupação demonstrada por Dantas em relação à possibilidade de estar sendo espionado eletronicamente em seu gabinete, por meio de microfones que, de acordo como ele, já teriam sido identificados no local. Para afastar qualquer risco, ele mandou instalar um sistema de som ambiente, o que dificultaria a realização de escutas⁸.

Em outro ponto da reportagem, a jornalista afirma que o ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Luiz Gushiken, declarou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, que o Opportunity é o pivô da “maior disputa societária da história do capitalismo brasileiro”. O alvo eram empresas de telecomunicações, saneamento e transportes que, juntas, valeriam mais de 20 bilhões de reais. Dantas se desentendeu com todos os seus antigos parceiros de negócios, incluindo os fundos de pensão (Previ e Petros) e o Citibank, além da Telecom Itália.

Daniel Dantas demonstrou, na entrevista, que gosta de repetir os pensamentos de um de seus principais assessores do passado, o atual Ministro da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, que lhe prestou assistência em assuntos de Direito Internacional. Pelos serviços prestados, Unger teria recebido cerca de 2 milhões de dólares entre 2002 e 2005. O pagamento foi feito pela Brasil Telecom que, à época, era controlada pelo Opportunity.

⁸ A preocupação de Daniel Dantas pode ser melhor compreendida uma vez que ele próprio já teria gasto vultosas somas em atividades de espionagem clandestina contra adversários, concorrentes e membros do governo. Para estas ações ele teria, inclusive, contratado a empresa Kroll.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A matéria jornalística declara que Daniel Dantas é considerado por seus sócios, parceiros e concorrentes, um negociador ardiloso e desleal e, em razão de suas disputas judiciais, ele afirma que atualmente gasta 80% de seu tempo com advogados. As contendas entre Daniel Dantas e seus adversários, de acordo com a matéria, já geraram gastos de mais de 100 milhões de dólares em honorários advocatícios, somando-se as despesas de todas as partes envolvidas.

Sobre o relacionamento de Daniel Dantas com a imprensa brasileira, a reportagem curiosamente afirma que a VideoFilmes, empresa que pertence a um dos sócios da Revista Piauí, recebeu aportes financeiros da Brasil Telecom na época em que esta era gerida por Dantas. Ainda no tocante às suas relações com a mídia, o banqueiro se reuniu com o jornalista Mino Carta, da Revista Carta Capital, em data não declarada na reportagem. No encontro, Carta teria solicitado que o Opportunity publicasse um anúncio (e pagasse por isso) na Revista. Dantas afirmou na entrevista à Piauí que aceitou a idéia e, ainda assim, a Carta Capital teria publicado 37 reportagens de capa a seu respeito, sempre com referências negativas.

A esse respeito (Daniel Dantas e a mídia brasileira) há outro aspecto interessante. A reportagem afirma que, por volta de 1997, quando a Telecom Italia estava interessada na compra da Telesp, por ocasião das privatizações, a empresa italiana enviou sua representante no Brasil, Carla Cico, para uma conversa reservada com Dantas. Eles queriam formalizar um acordo estratégico com o Opportunity. Após a conversa, Cico pediu a Dantas para que mantivesse sigilo. No dia seguinte, o conteúdo da reunião já estava publicado nos jornais. Anos depois, Carla Cico afirmou que deveria ter percebido, naquele momento, que Dantas não era confiável, afinal, ela tinha certeza que ele foi o autor do vazamento.

Embora a reportagem não afirme, o relato deste episódio sugere que jornalistas de grandes veículos de comunicação do Brasil colaboram com Dantas, publicando matérias de seu interesse.

A matéria da Revista Piauí revela aspectos peculiares da vida privada e da trajetória profissional de Daniel Dantas, sempre enfocando, subliminarmente, sua inteligência e sagacidade. Da forma como foi escrita, a reportagem tenta induzir os leitores a admirarem a personalidade do banqueiro, não obstante seu lado negativo também ter sido mostrado.

Ao que tudo indica, a matéria constituiu peça de propaganda em favor de Daniel Dantas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA PIAUÍ

Edição: nº 11, de agosto de 2007

Matéria: “A Metamorfose: O Poder de Moldar o Futuro”

Jornalista Responsável: **Consuelo Dieguez**

A mesma jornalista que realizou a reportagem sobre Daniel Dantas, entrevistou, dois meses depois, um dos pensadores que o influenciam. Trata-se do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Em matéria menos extensa que a dedicada a Dantas, a repórter enfoca aspectos pessoais e da formação política do entrevistado, bem como suas ligações com os militares⁹.

Um dos pontos mais delicados da reportagem se refere à menção do artigo assinado por Mangabeira Unger na Folha de São Paulo em novembro de 2005, no qual ele escreveu que o governo Lula era “o mais corrupto da história nacional... “afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente”.

Por esse motivo, muitas pessoas se surpreenderam com o convite formulado pelo Presidente da República para que Mangabeira assumisse um cargo no governo¹⁰, e o fato dele ter aceitado, gerou muitas críticas.

Ainda de acordo com a reportagem da Revista Piauí, Merval Pereira Filho, colunista de O Globo, escreveu a seguinte frase: “Mangabeira Unger não passa de um arrivista político em busca de poder, por mais efêmero que seja”.

Além das críticas ao governo, a matéria afirma que os petistas também rejeitavam Unger em razão de suas ligações com Daniel Dantas, para o qual prestou consultoria durante a disputa deste contra os fundos de pensão das empresas estatais pelo controle da Brasil Telecom. Naquela época, o Vice-Presidente da República pediu ao Presidente para que intercedesse em favor de Unger junto aos fundos de pensão, no sentido de pressioná-los a retirar as ações judiciais que moviam contra seu “apadrinhado”.

A matéria da Revista Piauí suscita no leitor o questionamento acerca dos motivos que levam o Vice-Presidente a atuar em favor de Mangabeira Unger. Os vínculos entre este pensador e o

⁹ O Gabinete de Mangabeira Unger fica dentro do prédio do Comando do Exército, situação atípica, principalmente em se tratando de um ministro sem qualquer vínculo formal com a área militar.

¹⁰ O Vice-Presidente da República, José Alencar, teria intercedido junto ao Presidente para que nomeasse Mangabeira Unger.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Grupo Opportunity gera certa suspeição, uma vez que Dantas pode ter interesse em infiltrar colaboradores nas esferas superiores do Poder Executivo Federal.

REVISTA PIAUÍ

Edição: nº , de janeiro de 2008

Matéria: “O consultor”

Jornalista Responsável: Daniela Pinheiro

DIGITAR AQUI O TEXTO SOBRE A ENTREVISTA DE JOSÉ DIRCEU (APÓS ORIENTAÇÃO)

REVISTA CARTA CAPITAL

Edição: nº 348 de 29 de junho de 2005

Matéria: “O orelhudo tá nessa”

Jornalista Responsável: Sérgio Lírio

Esta reportagem aborda as supostas ligações entre Daniel Dantas, Marcos Valério e integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

O jornalista inicia afirmando que desde o impeachment do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, a imprensa busca em motoristas e secretárias valiosas fontes de informação. Desta vez, na crise do “mensalão” (mesada que o Governo Federal pagava a parlamentares do Partido Progressista – PP e Partido Liberal – PL em troca de apoio a projetos de seu interesse no Congresso Nacional), surgiu a figura de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, acusado de ser o operador do esquema.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

De acordo com Fernanda em seu depoimento ao jornalista Leonardo Attuch, da Revista IstoÉ Dinheiro, Valério entregava malas contendo os recursos do mensalão ao então Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores (PT), Silvío Pereira e ao Tesoureiro do Partido, Delúbio Soares¹¹.

A reportagem da Carta Capital afirma que Marcos Valério teria confidenciado a amigos que a entrevista e o subsequente depoimento à Polícia Federal de Fernanda Karina Somaggio haviam sido forjados no sítio de Carlos Rodenburg, sócio e ex-cunhado de Daniel Dantas.

O jornalista Sérgio Lírio afirma na Carta Capital que, de acordo com Valério, Daniel Dantas vinha procurando uma forma de se aproximar do Governo Federal para obter a influência e o apoio necessários para neutralizar a resistência do então Ministro Luiz Gushiken, aliado dos fundos de pensão das estatais na disputa contra Dantas pelo controle das empresas de telecomunicações, avaliadas em cerca de R\$ 15 bilhões.

A estratégia do Opportunity (banco de Dantas) teria sido a de cooptar funcionários da agência de publicidade de Marcos Valério (SMP&B), que mantinha contatos no Governo. A ex-secretária, demitida há alguns meses, foi o primeiro alvo.

Em 2004, de acordo com a reportagem, Dantas abordou Valério. O banqueiro teria solicitado o apoio necessário para chegar a autoridades governamentais, por meio do PT. Em troca desse apoio, o Opportunity entregou à DNA (uma das empresas de Valério), as contas da Telemig Celular e da Amazônia Celular. Para sacramentar o negócio, teria ocorrido uma reunião entre Valério, Delúbio e Rodenburg no Hotel Blue Tree em Brasília.

A reportagem da Revista Carta Capital afirma que Marcos Valério e Daniel Dantas teriam se desentendido ainda em 2004 e, para o publicitário, a desavença seria o real motivo do depoimento de Fernanda Karina, acusando-o de ser o operador do mensalão. Ela estaria, na verdade, agindo a mando de Dantas.

No meio jornalístico iniciou-se uma “guerra silenciosa” entre a Editora Três, que publica a Revista IstoÉ e a Editora Abril, que publica a Veja. No centro desta disputa estaria a concorrência pelo “furo de reportagem” acerca da entrevista de Fernanda Karina e as acusações de publicação de notícias de capa mediante pagamento.

A esse respeito, a Operação Cevada, desencadeada pela Polícia Federal em 2004, flagrou conversas entre o diretor da cervejaria Schincariol e o publicitário Luís Lara. No diálogo interceptado, Lara afirmava que, se a empresa pagasse R\$ 1 milhão à Editora Três, poderia obter uma reportagem favorável a si na Revista IstoÉ Dinheiro. Provavelmente o pagamento tenha sido efetuado, pois a mencionada publicação veiculou, em 13 de fevereiro de 2004, a

¹¹ Em nenhum momento da reportagem é citada a origem dos mencionados recursos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

matéria “A virada da Schin”. Salieta-se que esta empresa, à época, estava sendo investigada na Operação Cevada por suspeita de sonegação fiscal.

Diante da possibilidade de que a Editora Abril utilizasse a Revista Veja para denunciar a venda de capas pela concorrente, Carlos Alzugaray, um dos diretores da Editora Três, procurou Thomaz Souto Corrêa, Vice-Presidente do Conselho Editorial da Abril para saber se Veja preparava uma reportagem sobre as supostas influências de empresários na linha editorial da IstoÉ Dinheiro, entre eles Adriano Schincariol e Daniel Dantas. De acordo com a reportagem, ele teria ameaçado fazer uma edição inteira da Revista IstoÉ atacando a Editora Abril caso fosse produzida alguma matéria sobre a suposta venda de capas. Como esta reportagem não foi produzida, a retaliação também não se concretizou.

Salieta-se que, se a reportagem da Carta Capital for fidedigna, a própria Editora Três comete uma inconfidência, quase uma confissão, ao questionar se Dantas seria apontado pela concorrente como um dos prováveis influenciadores das linhas editoriais de suas revistas. Isso traz à tona, pela própria imprensa, fortes indícios de que a atuação do banqueiro na mídia com o objetivo de manipular a opinião pública é algo real e palpável.

A reportagem da Carta Capital segue afirmando que, embora a Revista Veja tenha optado por não denunciar a suposta venda de capas pela Editora Três, ela continuou investigando o vínculos entre Marcos Valério, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Daniel Dantas e o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay), amigo do ex-Ministro José Dirceu.

Antes de supostamente se desentender com Daniel Dantas, Marcos Valério teria atuado para tentar convencer Silvio Pereira e Delúbio Soares de que o banqueiro era perseguido por Gushiken e pela Polícia Federal, além dos fundos de pensão. Kakay faria o mesmo trabalho junto a Dirceu.

Dantas também teria tentado se aproximar do Governo ao ordenar que executivos da Brasil Telecom (empresa que ele comandava à época) se associassem a uma empresa de tecnologia que pertencia a Fábio da Silva, um dos filhos do Presidente da República. Alertado, Fábio teria abortado o negócio.

De acordo com a reportagem, no início de 2005 o Opportunity contratou o escritório de advocacia em que o então Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos havia sido sócio (ele alegou ter vendido sua parte na sociedade quando se tornou Ministro) para processar Mino Carta, diretor de redação da Carta Capital.

O jornalista não informou os motivos da contenda, mas as sucessivas reportagens da Carta Capital contra Dantas e o Opportunity dão uma boa dica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Na seqüência da reportagem, Sérgio Lírio informa que, em outubro de 2004, a Polícia Federal desencadeou a chamada “Operação Chacal”. Nela foram apreendidos documentos no Banco Opportunity, na residência de Daniel Dantas e na sede da Brasil Telecom. A partir daí, Dantas passou a ser visto, não apenas como empresário polêmico, mas como bandido. De acordo com o jornalista, os delegados federais que investigaram Dantas passaram a sofrer pressões, mas receberam carta branca do então Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda.

Após a Operação Chacal, Dantas perdeu poder e influência tendo fracassado na tentativa de destituir o presidente da Previ (Caixa Previdenciária dos Funcionários do Banco do Brasil), Sérgio Rosa, aliado de Gushiken.

No tocante ao trabalho de jornalistas na cobertura do escândalo do mensalão, a reportagem da Carta Capital afirma Fernanda Karina Somaggio, quando resolveu fazer suas denúncias – provavelmente a mando de Dantas – escolheu o jornalista Leonardo Attuch, da IstoÉ Dinheiro.

A esse respeito, a matéria afirma que o relatório final da Operação Chacal dedicou cinco páginas à Revista e a Attuch. De acordo com o relatório, ambos foram utilizados para “lançar matérias convergentes com os interesses do grupo criminoso”. A Polícia Federal chegou a pedir a quebra do sigilo telefônico de Attuch, o que foi negado pela Justiça.

Attuch reagiu se dizendo perseguido pela Polícia Federal apenas por “praticar o bom jornalismo”. Todavia, a própria reportagem da Carta Capital veicula a fotografia de um e-mail enviado por Daniel Dantas para Attuch, elogiando algo que ele realizou. A matéria finaliza afirmando que o e-mail mostra um cidadão que se identifica como Leonardo Attuch acertando com um certo Daniel Dantas reportagens a serem publicadas na Revista IstoÉ Dinheiro.

Esta reportagem é contundente e traz informações relevantes a respeito da manipulação de setores da mídia por Daniel Dantas. Em que pese o fato de não ser Carta Capital uma publicação isenta quando o assunto é Dantas (haja vista que Mino Carta e o banqueiro se enfrentam na Justiça), é inegável que há denúncias sérias baseadas em fatos verossímeis.

REVISTA CARTA CAPITAL

Edição: nº 395 de 31 de maio de 2006

Matéria: “Dantas e os petistas”

Jornalista Responsável: Sérgio Lírio



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

O mesmo jornalista que pouco menos de um ano antes escreveu extensa reportagem sobre o caso Daniel Dantas e o mensalão, assinou nova matéria em que aborda o encontro mantido entre o banqueiro e o então Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos.

Lírio inicia sua reportagem afirmando que, de acordo com provas documentais e testemunhais anexadas a processos judiciais no Brasil e no exterior, Daniel Dantas é criminoso.

Citando a revista Veja como fonte, o jornalista afirma que, além de fraudes financeiras, Dantas, com o apoio da empresa Kroll, espionou e montou dossiês sobre autoridades públicas, os quais revelariam, inclusive, contas secretas do Presidente da República, Ministros de Estado e membros do Poder Legislativo brasileiro em paraísos fiscais. O jornalista diz haver fortes indícios de que essa informação tenha sido forjada e seja falsa. Entretanto, apesar da gravidade de sua revelação, o dono do Opportunity tem sido tratado por parte do Governo e do Partido dos Trabalhadores (PT) com deferência.

Exemplo disso, segundo a reportagem, ocorreu na noite de terça-feira, 16 de maio de 2006, quando o banqueiro se encontrou com o então Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, na residência do Senador Heráclito Fortes “espécie de líder da bancada de Dantas no Congresso Nacional”. O jantar contou com a presença dos deputados José Eduardo Cardozo e Sigmaringa Seixas, ambos do PT. Thomaz Bastos teria sido uma das vítimas do dossiê sobre contas no exterior.

A reunião, afirma a reportagem, causou certo constrangimento e deu margem a interpretações de que o Governo teria feito um “acordo de bastidores” com Dantas, talvez temendo algum trunfo do banqueiro. O desconforto foi tal que os participantes somente admitiram a existência da reunião quando esta vazou para a imprensa.

De acordo com Carta Capital, Thomaz Bastos afirmou que o encontro ocorreu porque Dantas queria se justificar perante a divulgação do suposto dossiê sobre autoridades brasileiras. Dantas, segundo se suspeita, estaria por trás da montagem do dossiê.

Na reunião, o banqueiro teria negado a autoria do documento, bem como de seu repasse à Revista Veja. De acordo com sua versão, ele foi informado das mencionadas contas bancárias, mas não conferiu importância a este dado. A reportagem de Carta Capital afirmou que nenhum dos presentes questionou quem havia lhe repassado tal dado nem quais seriam os possíveis interessados em desestabilizar o Presidente da República ao divulgar a existência das contas.

A reportagem afirma que o Palácio do Planalto e parte do PT se mostraram mais indignados com o conteúdo da Revista Veja que com as provas envolvendo Dantas como mentor do dossiê. E



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

questiona: “Por que tanto temor em deter, de uma vez por todas, as malfetorias do orelhudo (Dantas)?”

O jornalista Sérgio Lírio traça algumas hipóteses. Dantas trabalha com base em três pilares: Os maleáveis são corrompidos; os incautos são abordados por meio de parentes e amigos e os inflexíveis viram alvo de espionagem e dossiês. De acordo com ele, há pessoas do PT nos três níveis.

Lírio afirma que há um histórico de relações anteriores que unem os participantes da reunião. Thomaz Bastos já foi advogado de Luiz Otávio da Motta Veiga quando este foi Presidente da Petrobrás, nos anos 1990. Hoje, trabalhando no Opportunity, ele solicitou ao escritório de advocacia de Bastos, pouco antes dele se tornar Ministro, um parecer jurídico sobre a venda da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) à Brasil Telecom, que à época tinha Dantas como um de seus acionistas. Bastos teria recusado o trabalho por estar atuando, àquela época, em favor da outra parte.

Já o deputado José Eduardo Cardozo, diz a reportagem, no início de seu mandato atuou em favor da Brasil Telecom – e, portanto, de Dantas – ao acusar a Telecom Itália de suposta fraude na tentativa de aquisição da CRT. As operadoras brasileira e italiana concorriam na compra da empresa gaúcha.

De acordo com a reportagem, após representar ao Ministério Público Federal contra suposto superfaturamento na proposta de compra da CRT pela Telecom Italia, José Eduardo Cardozo teria sido procurado por executivos da Brasil Telecom, enviados por Dantas. O parlamentar afirmou que, naquele momento, desconhecia a participação do Opportunity na elaboração das denúncias sobre a venda da CRT e acreditou que a Brasil Telecom poderia ajudar nas apurações. A partir de então, ele participou de várias ações que conspiraram em favor dos interesses de Dantas. Todavia, a reportagem é cautelosa em apontá-lo como preposto do banqueiro e ressalta que, quando da convocação deste à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, em novembro de 1995, José Eduardo Cardozo foi um dos poucos a questioná-lo com alguma firmeza e substância.

O jornalista segue afirmando que a convocação de Dantas para depor na CPI provocou tensão em parte dos membros do PT. Teriam ocorrido várias tentativas de impedir ou retardar a ida do banqueiro ao Congresso Nacional. Um dos mais empenhados em evitá-la, conforme consta na matéria, foi o deputado federal Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais. Ele criticou a Operação Chacal que apreendeu documentos no Opportunity e na casa de Dantas. O jornalista Sérgio Lírio afirma que, pelo que se tem conhecimento, essa foi a única vez em que tal parlamentar se manifestou sobre alguma operação da Polícia Federal no Governo Lula. Também não há



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

registros de que Delgado se interesse pelo setor de telefonia. Procurado pela reportagem da Revista Carta Capital para se manifestar sobre seu apoio a Dantas, Delgado não respondeu aos recados.

A matéria afirma, mais à frente, que Daniel Dantas, em suas relações com parte do PT, tinha dois objetivos: livrar-se das investigações sobre o caso Kroll (que apontou as supostas contas bancárias de autoridades brasileiras em paraísos fiscais) e manter-se no comando das empresas de telefonia que, juntas, valeriam mais de R\$ 15 bilhões. Os principais empecilhos eram a Polícia Federal e Sérgio Rosa, presidente da Previ – Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil.

O jornalista afirma que o banqueiro não logrou êxito em suas pretensões. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal e responde a uma ação que o acusa de comandar uma “quadrilha internacional de espionagem”. Além disso, Rosa permaneceu no comando da Previ e ele próprio, Dantas, perdeu o controle da Brasil Telecom. Não se sabe se houve a interferência do Presidente Lula para desestabilizar o dono do Opportunity.

De acordo com a reportagem, pessoas do PT tentaram ajudar Dantas, tais como o ex-Tesoureiro do Partido, Delúbio Soares e o ex-Ministro José Dirceu. Por fim, o jornalista afirma que a Polícia Federal recebeu 25 caixas de documentos enviadas pela Kroll, os quais podem esclarecer quem no PT apoiou Dantas e de que modo.

Em uma nota à parte, a reportagem afirma que Daniel Dantas fora convidado para depor na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no dia 7 de junho de 2006 (data posterior à publicação da matéria). De acordo com a nota, esse seria um local confortável para Dantas, pois o Presidente da Comissão à época era o senador Antônio Carlos Magalhães, seu velho aliado. Todavia, a presença de Dantas geraria certo constrangimento aos parlamentares do antigo PFL, em razão da subserviência do senador Heráclito Fortes aos interesses do banqueiro. A nota informa que o parlamentar o defendia com tanta insistência que seus correligionários temiam que a opinião pública tomasse Dantas como um dos quadros do partido.

Convém salientar que na mesma edição da Revista Carta Capital, especificamente na coluna “A Semana”, há um comentário do jornalista Mino Carta. Ele faz duras críticas ao dono do Opportunity, à Revista Veja, que o trataria de forma condescendente, ao Ministro Thomaz Bastos e ao senador Heráclito Fortes, os quais, na opinião do jornalista, eram, no mínimo, condescendentes com Dantas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA CARTA CAPITAL

Edição: nº 489 de 2 de abril de 2008

Matéria: Editorial: “A Semana: O Silêncio e a Calúnia”

Jornalista Responsável: Mino Carta

Neste editorial, o jornalista analisa a demissão de Paulo Henrique Amorim, do Portal iG, enfatizando o silêncio dos meios de imprensa diante da forma truculenta como o ato teria sido praticado – o computador do jornalista foi lacrado e a equipe de apoio, praticamente expulsa da redação do portal, sem aviso prévio. Mino Carta afirma que há interesses poderosos por trás da demissão de Paulo Henrique Amorim, e cita os proprietários do iG (Brasil Telecom, fundos de pensão e Daniel Dantas).

O autor do editorial traça um paralelo entre o silêncio da mídia neste caso e a indignação com que ela reagiu diante das ações judiciais movidas pelos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus contra a jornalista Elvira Lobato, da Folha de São Paulo, que comparou a Igreja a um negócio. No episódio da jornalista, os colegas manifestaram-se maciçamente em sua defesa. Várias entidades representativas do meio jornalístico, tais como a Fenaj, ABI e ANJ, consideraram as ações judiciais impetradas contra Elvira Lobato uma afronta à liberdade de imprensa. Isso contrastaria com o silêncio sobre a demissão de Paulo Henrique Amorim, fato, segundo Carta, mais grave no tocante ao cerceamento à mencionada liberdade.

Quanto ao caso do jornalista demitido, Mino Carta traça um paralelo consigo próprio. De acordo com ele, em 1975 quando era diretor do Grupo Abril, este solicitou à Caixa Econômica Federal um empréstimo da ordem de US\$ 50 milhões. Embora tecnicamente aprovada, a transação financeira foi vetada pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, com o argumento de que a Revista Veja, principal publicação do Grupo Abril era “sistematicamente antigoverno”. O empréstimo somente foi liberado quando ele, Mino Carta, se demitiu, em 1976.

Neste editorial, o jornalista tenta mostrar como a mídia se vincula a interesses econômicos e políticos, silenciando-se ou se manifestando ruidosamente quando lhe convém. Nesse contexto, até o princípio da liberdade de imprensa, consagrado pela Constituição Federal de 1988, é utilizado de forma ardilosa, justificando a defesa dos mencionados interesses, mesmo quando estes se dissociam dos da sociedade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA CARTA CAPITAL

Edição: nº 490 de 9 de abril de 2008

Matéria: “Tradutora Intraduzível”

Jornalista Responsável: Paolo Manzo, de Roma

Trata-se de uma reportagem um tanto complexa. Faz-se necessária, portanto, uma análise explicativa prévia com elementos que não estão explícitos na matéria. Seu tema principal foi um encontro entre o jornalista Paolo Manzo, da Carta Capital em Roma, e a tradutora brasileira Luciane Araújo, que trabalhou para Marco Bernardini, da agência particular de investigações¹² supostamente contratada pela Telecom Italia para espionar autoridades daquele país durante o período em que a empresa era presidida por Tronchetti Provera.

Nessa época, a Telecom Italia tinha muitos interesses no Brasil e, por isso, o País também foi alvo da espionagem, daí a necessidade de uma tradutora de português, que ouvia os diálogos de conversas telefônicas que teriam sido clandestinamente interceptadas. Em razão de seu trabalho e dos acessos que obteve, Luciane passou à condição de testemunha na investigação sobre o caso de espionagem na Telecom Italia.

Inicialmente, Paolo Manzo afirma que Luciane Araújo já havia sido entrevistada por Marcio Chaer, do site Consultor Jurídico, em novembro de 2007. Nesta ocasião, ela teria dito que há várias pessoas envolvidas na disputa societária do setor de telefonia no Brasil, entre elas o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O teor desta declaração suscitou o interesse da Carta Capital em entrevistá-la.

Nas vezes em que tem se pronunciado, Luciane defende a tese, agradável a Daniel Dantas, de que havia um esquema na Telecom Italia de pagamento de propinas a políticos brasileiros para prejudicá-lo e tirá-lo do setor de telefonia.

A Magistratura e o Ministério Público italianos consideram Luciane “testemunha-chave” na investigação que vem ocorrendo na cidade de Milão, onde, há mais de três anos, se tenta desvendar o esquema de espionagem que envolveu vários executivos da maior companhia telefônica do país europeu.

¹² O nome da Agência é “Global” e ela é dirigida por Gianpaolo Spinelli, ex-agente da CIA. O próprio Bernardini também trocou o Serviço de Inteligência italiano pela espionagem privada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Paolo Manzo conseguiu o telefone de Luciane Araújo pela Internet e a contactou. Eles combinaram um encontro numa manhã em um restaurante de Roma. Ela compareceu acompanhada do companheiro que apresentou como Antônio e, de início, disse que já havia comunicado seu representante legal acerca da intenção da Revista Carta Capital em entrevistá-la. Manzo deveria entrar em contato com o advogado Steffano Bertolini para fazer a “entrevista oficial”.

O autor da matéria ressaltou que, em vários momentos, Luciane quis saber quem havia lhe dado o número de seu telefone celular. Ele respondeu que não poderia revelar suas fontes.

No intuito de tranquilizar Luciane, Paolo Manzo pediu o número do telefone do advogado Bertolini, telefonou diante dela e marcou um encontro com ele para o mesmo dia. Antes de começar a entrevista propriamente dita, Luciane pediu a Paolo para não comentar com o advogado que eles haviam mantido contato.

Em seguida, ela explicou que a suposta entrevista ao site Consultor Jurídico não foi, de fato, uma entrevista e sim um bate-papo entre amigos. Marcio Chaer estava no grupo, ouviu a conversa e reproduziu trechos no site. Paolo questionou a referência ao Presidente, e Luciane respondeu o seguinte: “Eu nunca falei que era o Presidente da República, poderia ter sido o Presidente da Telecom, poderia ter sido o Presidente da Pirelli, poderia ter sido o presidente de qualquer coisa...”

Paolo então perguntou sobre o Juiz Kellock¹³. Luciane disse que, supostamente, ele teria recebido alguma propina da Telecom Italia para incriminar Daniel Dantas em sua sentença. O entrevistador percebeu que havia aí uma incoerência porque o suposto pagamento de propina teria sido sugerido em conversas telefônicas interceptadas em 2005, época do trabalho de Luciane como tradutora, enquanto que a sentença judicial já havia sido proferida anos antes, em 2002. Luciane não conseguiu esclarecer essa questão.

A conversa se direcionou para a suposta ilegalidade das interceptações telefônicas feitas pela Telecom Italia. Luciane garantiu que o conteúdo dessas interceptações foi entregue em um CD à Justiça Italiana. Ainda de acordo com ela, havia casos em que alguns dos envolvidos instalavam escutas em seus próprios telefones e estimulavam seus interlocutores a falar algo contra Daniel Dantas, para que isso fosse usado posteriormente.

¹³ No dia 31 de maio de 2002, o Juiz Kellock (o primeiro nome não é mencionado) emitiu uma sentença em primeira instância num Tribunal das Ilhas Cayman, favorável ao ex-sócio de Daniel Dantas, Luís Roberto Demarco. Na sentença, o Juiz condenou Dantas por utilizar documentos falsos e mentir no processo. Esta decisão foi confirmada, em 3 de outubro de 2006, pela Privy Council de Londres, a Suprema Corte que subordina a Justiça das Ilhas Cayman.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Para Luciane, esse caso - a espionagem promovida pela Telecom Italia - é um “vulcão prestes a explodir”, mas ela não sabe se Dantas tem interesse em fazê-lo explodir. Pelos diálogos que traduziu, entre lobistas, empreendedores e pessoas da mencionada empresa de telefonia, ela acredita que, desde o início, Daniel Dantas era o objetivo.

Questionada se alguma vez ouviu, nos telefonemas interceptados, alguma referência ao ex-Ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushiken, Luciane respondeu que este era um nome muito mencionado, nos seguintes termos: “Ah, ele garante. Se ele garante, tudo bem.”

Em seguida, Luciane insinuou que políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) estariam envolvidos no recebimento de propinas. A esse respeito, ela mencionou o “famoso JD, de quem se falava muito...” O entrevistador então quis saber se seria José Dirceu. Luciane respondeu não saber, uma vez que o nome completo nunca foi pronunciado, mas prosseguiu afirmando que eles diziam: “Sossega, o JD está conosco; sossega, o JD está pensando em tudo; sossega, o JD garante...”

Ao final da conversa, Luciane afirmou que os advogados de Marcos Valério (que posteriormente ganhou espaço na mídia em função do episódio conhecido como “mensalão”) estão trabalhando no caso da Telecom Italia. Todavia, não fica esclarecido na reportagem qual o envolvimento de Valério na trama italiana.

Na reportagem, Paolo Manzo afirma que, na tarde daquele mesmo dia, se encontrou com o advogado de Luciane, Steffano Bertolini. No início da conversa, Bertolini revelou ao jornalista que as interceptações telefônicas do caso Telecom Italia custaram 280 milhões de euros ao Ministério da Justiça daquele país, somente em 2006¹⁴. De acordo como ele, de cada cem processos, noventa e cinco terminaram com sentenças de absolvição.

Na seqüência, o advogado comentou que tem contatos com os serviços de Inteligência italianos. Tal declaração não fez muito sentido no contexto da conversa.

O restante da entrevista é classificado pelo próprio Paolo Manzo como “estranho”. Ele perguntou ao advogado sobre as declarações de Luciane Araújo ao site Consultor Jurídico, onde ela menciona o Presidente da República do Brasil. Stefano Bertolini desviou do assunto e não respondeu a questão. Em seguida e de forma cautelosa, insinuou que, a pedido da própria Luciane, seria necessária uma quantia de 50 mil euros para que ela fosse entrevistada e desse os detalhes sobre o esquema de espionagem da Telecom Italia.

¹⁴ Não fica claro de que forma o Ministério da Justiça da Itália gastou esse dinheiro. O jornalista também não aprofundou esta questão.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Diante da hesitação do jornalista em pagar a quantia, o advogado não respondeu a qualquer outra pergunta e o encontro foi encerrado.

O comentário final de Paolo Manzo, em nível de reflexão, representa uma boa análise da reportagem:

“Encerra-se esse estranho dia romano. Com uma testemunha que fala mais de uma hora e que, em seguida, nos sugere procurar seu advogado para uma entrevista ‘oficial’ e que me pede encarecidamente que não revele a ele o nosso encontro. Com um advogado que, por ordem da cliente, pede 50 mil euros para uma entrevista que já havia sido dada. Com uma entrevista anterior a um site brasileiro que, na verdade, não passou, segundo a entrevistada, de um ‘bate-papo’. De um bate-papo que insinua que o Presidente da República do Brasil estaria envolvido na guerra entre a Telecom Italia e o Banco Opportunity. E que depois se transforma em um presidente de ‘qualquer coisa’. Com um Juiz das Ilhas Cayman que teria sido corrompido, por conclusões da tradutora, três anos depois de ter emitido uma sentença, considerada válida definitivamente pelo Privy Council de Londres.”

Percebe-se, pela entrevista, que a tradutora Luciane Araújo tende a defender Daniel Dantas. Não se pode descartar a possibilidade de que ela tenha sido cooptada pelo banqueiro. A menção ao suposto envolvimento de autoridades do Governo Brasileiro, inclusive o Chefe de Estado, na disputa societária entre a Telecom Italia e o Banco Opportunity, precisa ser melhor avaliada em face da inexistência de argumentos consistentes. Ressalta-se que a tradutora recua quando pressionada pelo jornalista sobre as declarações feitas ao site Consultor Jurídico.

Por fim, a análise final da reportagem sugere neutralidade da parte de Manzo. Se há manipulação, é sutil. No entanto, deve-se ter em mente que Mino Carta, dono da Revista Carta Capital, não é necessariamente um jornalista neutro. É onhecido seu envolvimento com políticos e empresários, inclusive Daniel Dantas, embora não seja possível, com os elementos presentes, mensurar de forma responsável o nível deste envolvimento.

Encerrada esta parte, há outro ponto que necessita ser abordado. Na reportagem “Tradutora Intraduzível” consta uma nota em adendo que trata de uma breve entrevista com Angelo Jannone, chefe de segurança da Telecom Italia no Brasil, de 2004 a 2005. O tema é Marco Bernardini, funcionário da empresa de investigação particular Global que contratou Luciane Araújo.

Jannone afirma que Bernardini entregou aos juízes italianos um artigo publicado na Revista Veja sobre contas secretas no exterior do Presidente Lula e de outras autoridades do Governo Brasileiro. O artigo afirmava que a informação sobre as contas estava em um dossiê repassado



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

à Editora Abril por Daniel Dantas¹⁵. Para Jannone, hoje se sabe que tais contas nunca existiram.

Perguntado por Carta Capital se já foi procurado por alguém da Revista Veja, Jannone disse ter recebido um telefonema de Mainardi (Diogo Mainardi) em 2006, no qual o jornalista brasileiro teria afirmado sua “intenção de perseguir a turma do PT”.

REVISTA CARTA CAPITAL

Edição: nº 490 de 9 de abril de 2008

Matéria: Editorial: “A Semana: BrT-Oi: A Grande Trama Ignorada”

Jornalista Responsável: Não consta

Trata-se de matéria contundente, veiculada logo na seqüência da reportagem “Tradutora Intraduzível”. Este editorial inicia afirmando que, enquanto a grande mídia brasileira consome energia e dinheiro divulgando factóides, algo muito mais importante vem sendo negligenciado: “as pantanosas negociações para a fusão entre a Brasil Telecom e a Oi.” Ao contrário do que alguns colunistas divulgaram, afirma a matéria, os termos finais do acordo ainda não foram negociados e houve um retrocesso diante de uma espantosa proposta feita pelo dono do Banco Opportunity, Daniel Dantas. Ele somente consentiria na compra da Brasil Telecom pela Oi (ele é acionista de ambas) se os fundos de pensão aceitarem ser solidários, judicial e financeiramente, perante qualquer rombo financeiro, irregularidade ou problema causado à Brasil Telecom à época em que esta empresa era gerida pelo Opportunity e que venham a ser descobertos no futuro.

Durante nove anos, Dantas, acionista minoritário, controlou a Brasil Telecom por meio de cláusulas contratuais consideradas ardilosas e alijou os fundos de pensão das decisões importantes, mesmo tendo eles participação acionária muito superior. Nessa época, segundo seus acusadores, ele cometeu abusos, desfalques, quebrou contratos e promoveu atos de espionagem. Agora ele quer que os fundos de pensão se assumam co-autores de todos os atos irregulares que ainda podem vir a ser constatados.

Os representantes dos fundos de pensão disseram não à proposta, mas o jornalista afirma que não será surpresa se eles venham a aceitá-la em razão de pressões políticas. Como exemplo de

¹⁵ Dantas obteve esse dossiê de um agente da empresa Kroll, supostamente contratada por ele para espionar autoridades brasileiras.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

que isso pode acontecer, ele menciona o caso do Citibank. O banco americano movia uma ação na justiça de Nova Iorque em que cobrava indenizações da ordem de US\$ 300 milhões por prejuízos causados por Dantas durante o período em que o Opportunity e o Citi foram parceiros em investimentos no Brasil. Todavia, o banco americano retirou as ações judiciais para facilitar a negociação da venda da Brasil Telecom apenas duas horas após ter protocolado na justiça novas acusações contra Dantas. Comenta-se que esta decisão teria sido fruto de pressões do Governo Brasileiro, o qual estaria interessado nesta negociação (Brasil Telecom – Oi) por acreditar que o surgimento de uma grande empresa nacional no setor de telefonia é algo estratégico para os interesses do Brasil.

Como Daniel Dantas é considerado “bandido” por muitos daqueles que participam das negociações, o jornalista questiona as razões do apoio que ele recebe do Palácio do Planalto. A questão crucial levantada pela Revista é: “Por que um acionista minoritário e claramente trapaceador tem tanto poder de arbítrio na negociação? Que cartas ele tem na manga? Contra quem?”

Na reportagem, a Revista Carta Capital aborda dois temas relevantes: o alegado poder oculto de Daniel Dantas na negociação da venda da Brasil Telecom para a Oi e a omissão da imprensa em tratar questão de tal relevância.

O autor da matéria explora de forma interessante esse ponto, mostrando que a imprensa deliberadamente “esconde” certas questões do público enquanto preenche o tempo e as páginas de jornais e revistas com matérias irrelevantes, distraindo a atenção dos leitores e alienando-os em relação importantes questões nacionais.

Obviamente que não interessa a Daniel Dantas e a seu grupo que o tema “Opportunity – Brasil Telecom” venha à tona, em razão de escândalos associados a vários tipos de fraudes.

O Departamento de Polícia Federal acredita que Dantas controle boa parte da imprensa brasileira por meio do pagamento de propinas a jornalistas. Estes, por sua vez, publicam aquilo que interessa ao banqueiro e da forma como lhe convém.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA CARTA CAPITAL

Edição: nº 496 de 21 de maio de 2008

Matéria: “A saída é por ali”

Jornalista Responsável: Luiz Antônio Cintra

Esta reportagem trata da demissão da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. De acordo com o jornalista, após várias derrotas, esta autoridade deixou o governo por entender que sua postura pessoal de preservação da floresta contrastava com a agenda desenvolvimentista do governo na região Amazônica.

Além da pressão da bancada ruralista no Congresso Nacional, desejosa de maior flexibilidade para desmatar naquela parte do País, Marina ainda enfrentou divergências internas, inclusive da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, no tocante à liberação das licenças ambientais para as usinas hidrelétricas a serem construídas no Rio Madeira, em Rondônia.

De acordo com a reportagem, a decisão de deixar o Governo Federal teria ocorrido quando a Ministra e seus principais assessores foram surpreendidos pela divulgação oficial de que o Plano Amazônia Sustentável (PAS) seria coordenado pelo Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, e não pelo Ministério do Meio Ambiente.

O PAS é um programa que inclui um conjunto de ações voltadas à prevenção do desmatamento e do uso inadequado dos recursos ambientais presentes na Amazônia, ao mesmo tempo em que incentiva a produção ambientalmente responsável. Além de vários órgãos do Governo Federal, o PAS deverá incluir parcerias com estados e municípios daquela região. Entre as medidas previstas, está a criação de linhas de crédito com juros reduzidos para projetos considerados sustentáveis.

Conforme a matéria, Marina Silva negou que a escolha de Mangabeira Unger para gerenciar o PAS havia sido decisiva para seu pedido de demissão. Entretanto, foi isso o que teria ocorrido, argumenta o jornalista.

O futuro gestor do Plano já iniciou a propositura de suas idéias, entre as quais a criação de uma “bolsa floresta”, a ser paga a quem produzir sem desmatar. A rapidez com que Unger se interessou pelo tema, mostra sua avidez por desempenhar essa função.

Não haveria qualquer problema na escolha de Mangabeira Unger para essa função, se não fosse ele um provável preposto do banqueiro Daniel Dantas no Governo Federal. As ligações entre ambos são públicas e persistem no tempo, tendo aquele já prestado, a este, consultoria na área internacional.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A isso se conecta o fato de que Dantas vem revelando sua recente predisposição em atuar na pecuária de alto desempenho na região Amazônica, onde ele já teria adquirido terras, no estado do Pará. O banqueiro revelou que pretende ser um dos maiores pecuaristas do mundo. Salienta-se que esta atividade é considerada de grande potencial ofensivo ao meio ambiente, motivo pelo qual a ex-ministra demonstrava reservas em relação a ela, sobretudo no norte do Brasil.

REVISTA ISTOÉ

Edição: nº 1990 de 19 de dezembro de 2007

Matéria: “A Madrugada da Oposição”

Jornalista Responsável: Hugo Marques

O enfoque desta reportagem é a derrota do governo na votação ocorrida no Congresso Nacional que decidiu pela não-prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O jornalista afirmou que “juntamente com a arrecadação, o governo perdeu um dos maiores instrumentos de controle da sonegação e de investigação do crime organizado. Para identificar um sonegador ou lavador de dinheiro, basta hoje à Receita Federal cruzar as movimentações da CPMF com a Declaração do Imposto de Renda do investigado¹⁶. Sem a CPMF, o governo terá de recorrer ao sistema antigo, de pedir autorização judicial para a quebra do sigilo bancário. A cada quatro anos, o governo recolhia uma CPMF extra só com multas sobre sonegadores e criminosos”.

A inexistência da CPMF, portanto, dificultará o trabalho do Estado no combate aos ilícitos financeiros, como aqueles imputados a Daniel Dantas e o Grupo Opportunity.

¹⁶ À época da publicação da matéria, a CPMF ainda estava em vigor.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA ISTOÉ

Edição: nº 2003 de 26 de março de 2008

Matéria: “Entrevista: Roberto Mangabeira Unger”

Jornalistas Responsáveis: Rodolfo Lago (Editor Especial) e Octávio Costa

Antes da entrevista propriamente dita, os jornalistas mencionam que o prédio do Comando do Exército, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, é o local onde fica o gabinete do Ministro da Secretaria de Longo Prazo¹⁷, Roberto Mangabeira Unger, um senhor exótico com forte sotaque americano, intelectual de esquerda, respeitado professor de Direito da Universidade de Harvard que já foi “guru” de políticos como Leonel Brizola e Ciro Gomes.

Os jornalistas seguem afirmando que este professor precisa convencer a sociedade brasileira de que suas idéias constituem um modelo possível para o País, e não “um amontoado de quimeras inexequíveis”.

Mangabeira Unger inicia a entrevista afirmando que “foi convocado pelo Presidente da República para a tarefa de ajudar a formular e debater um novo modelo de desenvolvimento para o País¹⁸”. Para ele, este modelo deveria buscar a inclusão social nas áreas da economia, educação, gestão política, temas amazônicos e de Defesa.

Mangabeira Unger sugere a criação de uma política industrial caracterizada pelo acesso ao crédito, formação de quadros e incremento tecnológico, uma espécie de “Embrapa Industrial”, ou seja, uma empresa nos moldes do que faz a Embrapa na agricultura para a difusão de tecnologia industrial. Isto significaria, na prática, a criação de uma rede que difundida junto aos empresários, novas técnicas, modelos e aprimoramento de mão-de-obra.

O entrevistado defende ainda que se resgate os 60% de brasileiros que trabalham no mercado informal, os quais constituem, de acordo com ele, um desastre econômico, político e moral para

¹⁷ O nome correto do órgão é Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.

¹⁸ A esse respeito, cabe uma consideração. A indicação de Unger para o governo teria, de certa forma, sido imposta ao Presidente da República por uma conjunção de fatores, que incluem a ingerência do Vice-Presidente. A autoridade máxima do País não tem motivos para simpatizar com Unger que, em matéria jornalística de 2005, classificou seu governo como o mais corrupto da história e pediu o *impeachment* de Lula.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

o País. Ele acredita que o Estado deve intervir fortemente na economia para “impor o capitalismo que se deseja, construir o mercado que se quer”.

Questionado sobre seu projeto para a Amazônia, Unger afirmou que há duas idéias inaceitáveis para aquela região: uma é a que defende a necessidade de abri-la sem restrições para o mercado, permitindo a pecuária extensiva. Outra idéia, antagônica à primeira, é a de que se deve manter a Amazônia intocada, como um santuário.

Mangabeira Unger explica que aquela região inclui um grupo de pessoas que não tiveram oportunidades de se desenvolver economicamente e, portanto, o Estado deve pensar um modelo para a Amazônia, ao invés de permitir que a atividade econômica seja desenvolvida de forma desgovernada, transformando a questão ambiental em questão social.

Ainda sobre este assunto, Mangabeira Unger afirma que a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é adepta da visão de santuário. Demonstrando sua discordância com a Ministra, o entrevistado afirma que seu papel é tentar construir a convergência com o Presidente e os ministros, isto porque ele “tem as idéias, mas não tem a caneta”.

Na parte seguinte da entrevista, o Ministro relata que entre os principais aliados de suas teses, estão, em primeiro lugar, os cientistas, seguidos pelas Forças Armadas e pela Igreja Católica. A respeito dos militares, ele afirmou que não se pode pensar em estratégia nacional (seja social ou econômica), sem estratégia de Defesa.

Sobre o aspecto de longo prazo de suas idéias, cuja implementação pode ultrapassar o tempo da atual gestão, Mangabeira Unger disse que seu pensamento se refere a um projeto de Estado e não de governo e a estratégia para isso é a conscientização da sociedade organizada e do meio acadêmico.

Questionado pelos jornalistas sobre as críticas que fez ao Presidente Lula em matéria jornalística publicada em 2005, ele afirmou que, naquele momento, “foi movido por um excesso, uma paixão”, mas hoje tem consciência de que o governo fora vítima de um sistema perverso de construção de maiorias que precisa mudar.

Ainda com relação ao Presidente da República, Mangabeira Unger afirma que Lula se identifica e tem facilidade de comunicação com a sociedade. Esta característica é fundamental em razão da recém surgida classe média “morena e mestiça” que vem inaugurando um novo modo de pensar. Para Unger, a sociedade brasileira é composta por uma minoria organizada e uma maioria desorganizada, com a qual o Presidente sabe dialogar.

Com relação às eleições nos Estados Unidos, Mangabeira Unger disse que o candidato Barack Obama tem grandes qualidades morais e sua eleição seria boa para o Brasil. Questionado sobre



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

os motivos desta afirmação, Unger alegou que os Estados Unidos e o Brasil são parecidos por terem sido colonizados por europeus com o componente da escravidão africana. Ambos os países apresentam grandes desigualdades sociais e imensos territórios e, tanto lá quando aqui, parece haver uma inflexão no sentido de mudar o atual modelo de desenvolvimento para a organização de uma economia menos hostil e mais hospitaleira.

Com relação a este ponto, não há qualquer indicação, ao menos disponível na mídia, de que os Estados Unidos estejam dispostos a mudar seu atual modelo de desenvolvimento para uma economia mais “hospitaleira”. Além disso, ainda que tais premissas fossem verdadeiras, o fato de Brasil e Estados Unidos terem alguns aspectos históricos em comum e grandes territórios, por si só não quer dizer que a eleição de Barack Obama ou de qualquer outro candidato à Presidência dos Estados Unidos seja boa ou ruim para o Brasil. Para se fazer essa análise é necessário verificar os programas de governo dos referidos candidatos.

A respeito do perfil de Mangabeira Unger, convém salientar que ele já prestou assessoria jurídica a Daniel Dantas, com o qual ainda possuiria vínculos. Há indícios, inclusive em matérias jornalísticas, de que o pensamento de Unger exerce influência sobre Dantas.

Desta forma, não se deve descartar a hipótese de que Mangabeira Unger tenha, entre suas atribuições, a de defender os interesses do banqueiro no primeiro escalão do Governo Federal, principalmente em razão da vocação do intelectual para atuar em áreas estratégicas, tais como Defesa, Ciência e Tecnologia e política industrial.

REVISTA ISTOÉ

Edição: nº 2003 de 26 de março de 2008

Matéria: “Soldados do Futuro”

Jornalista Responsável: Luciana Sgarbi

Esta reportagem revela os novos avanços tecnológicos relacionados à área militar que vêm sendo desenvolvidos pela Divisão de Pesquisa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Trata-se, de acordo com a jornalista, de pequenos aparelhos de espionagem, assemelhados a morcegos, projetados para voar e realizar filmagens bem como detectar radiação e gases.

Há também robôs de tamanho médio para transporte de carga e desativação de bombas, e outros pequenos que podem entrar em galerias de esgoto e detectar a presença de material radioativo armazenado em depósitos inimigos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Para os soldados humanos estão sendo desenvolvidos dispositivos especiais nos visores dos capacetes, os quais permitirão aos militares visualizarem mapas e vídeos em tempo real, mostrando a movimentação das tropas inimigas.

Para o desenvolvimento dessas pesquisas, o governo dos Estados Unidos havia projetado inicialmente gastos da ordem de US\$ 100 bilhões, mas uma atualização da estimativa dos custos elevou esta projeção para algo em torno de US\$ 300 bilhões.

A presente matéria está na mesma edição da entrevista de Mangabeira Unger, na qual se revela que ele mantém estreita ligação com as Forças Armadas.

A análise da propaganda permite concluir que o leitor mais atento é inconscientemente levado a associar as idéias de Unger sobre a necessidade de construção de um novo modelo de política de Defesa para o Brasil às novas tecnologias bélicas. A indução do pensamento é sutil, porém eficaz.

Ainda que não haja elementos consistentes que permitam concluir com segurança quais os objetivos ocultos sob tais reportagens, acredita-se que se queira influenciar um público seletivo de leitores esclarecidos e com certo poder de decisão, no sentido de que a política de Defesa do Brasil deve ser repensada com base na aquisição de tecnologias específicas e dispendiosas, sem a necessária reflexão acerca da adequação destas à realidade brasileira.

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 510 de 4 de julho de 2007

Matéria: “Nahas encara a Bovespa e a BM&F”

Jornalista Responsável: Leonardo Attuch

Esta matéria é significativa por dois aspectos. Inicialmente, porque se suspeita que Naji Nahas seja um dos homens de confiança do banqueiro Daniel Dantas, tendo sido responsável pela intermediação das negociações com executivos da Telecom Italia, durante a disputa pelo controle da Brasil Telecom. Em segundo lugar, pelo fato de o jornalista Leonardo Attuch já ter sido investigado pela Polícia Federal por indícios de ligações com Dantas, de quem receberia orientações sobre o conteúdo e a forma como as matérias jornalísticas sob sua responsabilidade deveriam ser redigidas, de modo a induzir o segmento mais politizado e influente da sociedade brasileira a pensar de forma conveniente ao banqueiro.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A presente reportagem trata do retorno do investidor libanês Naji Nahas ao mercado financeiro do País, após quase vinte anos do episódio por ele protagonizado, no qual houve uma quebra das bolsas de valores. De acordo com Attuch, Nahas foi acusado de manipular o mercado e inflar artificialmente os preços das ações, tendo cometido crimes contra a economia popular. Entretanto, diz o jornalista, ele hoje está definitivamente inocentado de todas as acusações e prepara ações judiciais contra a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e contra a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), pleiteando o recebimento de uma indenização no expressivo valor de US\$ 10 bilhões.

A reportagem diz que Nahas chegou ao Brasil em 1969 com US\$ 50 milhões decorrentes de uma herança familiar e o astronômico valor que ele agora pleiteia ao ingressar na justiça, seria o equivalente à sua carteira de investimentos se esta ainda estivesse em seu poder. Foi necessário, no entanto, aguardar o fim de todos os processos judiciais para que Nahas tivesse chances reais de êxito na ação de ressarcimento, algo que ele agora espera obter.

Os economistas Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen já defenderam, em momentos distintos, a posição de Nahas afirmando ter ele sido vítima de uma disputa de mercado, a qual gerou uma histeria da mídia. O trabalho da mídia contra Nahas teria dificultado enxergar de forma isenta o que realmente estava ocorrendo.

Na seqüência, a reportagem narra o funcionamento da Bovespa naquela época e a forma arriscada, porém lícita, de como Nahas ganhava dinheiro. Pela interpretação do jornalista, o investidor libanês foi, de fato, prejudicado por uma ação deliberada no sentido de mudar as regras do jogo das bolsas com o objetivo de levá-lo a perder sua carteira de ações.

Attuch afirma que na Bovespa o episódio ocorrido com Nahas é tabu, não se comenta. Já na BM&F, fala-se que o problema foi restrito à Bovespa. Os presidentes de ambas as instituições financeiras foram procurados pelo jornalista, mas não quiseram se pronunciar sobre a pretensão de Nahas de ingressar na justiça na tentativa de reaver seu patrimônio perdido.

A reportagem finaliza revelando que Nahas é ligado à Família Real Saudita e amigo de grandes empresários, como Marco Tronchetti Provera, da Pirelli e Robert-Louis Dreyfus, da Coinbra.

Curiosamente, o jornalista não revela que Tronchetti Provera é ex-Presidente da Telecom Italia, o qual manteve uma disputa com Daniel Dantas pelo controle da Brasil Telecom e que, a exemplo do banqueiro brasileiro, teria montado uma rede de espionagem de autoridades italianas e brasileiras com o apoio da empresa Kroll. A reportagem também não cita que Nahas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

intermediou as tentativas de acordo entre Dantas e Provera durante a disputa pelo controle da Brasil Telecom.

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 516 de 15 de agosto de 2007

Matéria: “Uma fusão à brasileira”

Jornalista Responsável: Leonardo Attuch

Na matéria de uma página, o jornalista aborda o tema da fusão entre duas empresas de telefonia do Brasil: Oi e Brasil Telecom. O foco é a atuação do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, nesse processo.

Leonardo Attuch afirma que Coutinho faz parte da ala de economistas que se autodenominam “desenvolvimentistas”, ou seja, ele considera que a mão forte do Estado deve induzir o progresso. Defensor de uma política industrial “moderna”, discurso com o qual ele teria chegado ao poder, Coutinho, de acordo com a reportagem, foi encarregado da formação da nova empresa nacional de telecomunicações, fruto da mencionada fusão.

Chamado pelo jornalista de “príncipe desenvolvimentista”, Coutinho estaria indicado para exercer o papel de “mestre de cerimônias do grande baile do oligopólio na telefonia”. Na matéria consta que o Presidente do BNDES tem todas as ferramentas para bem desempenhar esta tarefa, da qual resultará a criação de um grupo telefônico com 62% das linhas fixas do País e uma receita de R\$ 40 bilhões. Mas a dificuldade, na opinião de Attuch, seriam as várias fusões possíveis, cada uma delas atendendo a interesses específicos.

Na seqüência, o jornalista afirma que Coutinho já havia definido que a nova Tele brasileira contemplaria os fundos de pensão e o próprio BNDES. Já o Opportunity, o Citibank e o Fundo GP, estariam fora da nova empresa. Mas haveria espaço para parceiros considerados “estratégicos”, como os grupos La Fonte, do empresário Carlos Jereissati, e Andrade Gutierrez.

Ele salienta a existência de uma provável contradição, uma vez que o consórcio alegadamente “verde-amarelo” a compor a nova empresa, talvez abra espaço para a Portugal Telecom, o que geraria demandas também por parte da empresa espanhola Telefónica. Dessa forma, afirma o jornalista, pacificar os interesses será uma tarefa árdua para Luciano Coutinho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A matéria afirma que a fusão entre a Oi e a Brasil Telecom fere a Lei Geral de Telecomunicações. De acordo com o jornalista, o governo teria em mente a idéia de produzir uma nova lei que seja sob medida para possibilitar a fusão entre as empresas, excluindo o capital estrangeiro (à exceção do português).

Para dar à nova empresa a formação societária que se deseja, no entanto, a matéria afirma que o BNDES provavelmente terá que pagar pela saída dos demais acionistas das empresas que se fundirão, o chamado “descruzamento acionário”. Por fim, Attuch afirma que tudo está sendo feito em meio a muita confusão e “jeitinho brasileiro”

Diante da possibilidade de que Daniel Dantas tenha influenciado o conteúdo desta matéria, é importante salientar dois aspectos sutis, porém significativos. Primeiramente, Luciano Coutinho é, nas estrelinhas, desqualificado, quando se afirma que ele é o “príncipe do desenvolvimentismo”, e “mestre de cerimônias de um baile do oligopólio”. Ressalte-se que oligopólio é algo negativo, pois contraria as modernas regras de mercado baseadas na livre concorrência. O outro aspecto relevante da matéria pode ser considerado uma espécie de “recado” do Opportunity ao BNDES: Se o banco for retirado da composição societária da nova empresa de telecomunicações, deverá ser indenizado por isso.

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 537 de 16 de janeiro de 2008

Matéria: “Os Vencedores da Telefonía (Até Agora)”

Jornalista Responsável: Leonardo Attuch

A reportagem inicia afirmando que, com o aporte de R\$ 4,8 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a operadora de telefonía Oi compraria a Brasil Telecom (BrT) criando a maior empresa nacional de telecomunicações. “Um gigante com receitas de quase R\$ 30 bilhões e metade das linhas fixas em operação no País”. De acordo com a matéria, os empresários Carlos Jereissati (Grupo La Fonte) e Sérgio Andrade (Andrade Gutierrez), que já são sócios na Oi, formaram um consórcio para comprar a BrT. O Governo os apóia porque se trata de um grupo nacional capaz de enfrentar a espanhola Telefónica e a mexicana Telmex, proprietária da Claro e da Embratel.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A reportagem afirma ainda que a negociação está envolta em polêmica, não apenas em razão de seu vazamento para a imprensa antes da hora, mas também porque o Presidente da República, se, de fato, apoiar o negócio, deverá assinar um decreto que remova as barreiras legais para tal. Isso, se ocorrer, poderá ser encarado pela opinião pública como tendo sido uma alteração legal para atender a interesses específicos de Jereissati e Gutierrez.

Além disso, a Oi, empresa da qual ambos são sócios, já investiu mais de R\$ 10 milhões na Gamecorp, produtora de TV e jogos de celular da qual o filho do Presidente da República, Fábio Luís Lula da Silva, é um dos sócios. Há que se considerar também que Sérgio Gutierrez foi o maior doador de recursos para a campanha à reeleição do Presidente da República, com R\$ 6,4 milhões.

A matéria segue dando detalhes técnicos sobre a venda da BrT para a Oi, os valores envolvidos e a participação acionária de cada um dos proprietários, antes e depois da venda.

Com relação a Daniel Dantas, a reportagem afirma que ele é um dos entusiastas da operação pois embolsará mais de R\$ 1 bilhão. Ele tem ações na Oi (10,3%) que seriam vendidas por R\$ 750 milhões e na BrT (7%), que devem lhe render R\$ 340 milhões. O repórter afirma que Dantas está voltando sua atenção para o agronegócio.

Há uma parte da reportagem que trata da evolução histórica da telefonia no Brasil desde a privatização da Telebrás, em julho de 1998. Nesta ocasião, o Opportunity, Banco de Investimentos que pertence a Daniel Dantas, juntamente com alguns fundos de pensão, o Citibank e a Telecom Italia, compraram a BrT. No fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, a Telecom Italia, com o apoio dos fundos de pensão, iniciou manobras para tomar o controle da BrT das mãos do Opportunity.

Segue a reportagem: “Em 2004, a Polícia Federal deflagrou a Operação Chacal, acusando o Opportunity de espionar o governo. Essa ação policial abriu espaço para que o grupo de Daniel Dantas perdesse o controle da BrT... Acossado, o Opportunity chegou a assinar, em 2005, um acordo de venda da BrT para a Telecom Itália.... Esse acordo não chegou a ser efetivado porque os fundos de pensão aliaram-se ao Citibank e vetaram a transação”.

O foco da reportagem é a negociação em curso para a compra da BrT pela Oi e o empenho do governo para que ela se concretize. Daniel Dantas é apontado como um elemento coadjuvante no processo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 546 de 19 de março de 2008

Matéria: “O Proer do Tio Sam”

Jornalista Responsável: Gustavo Gantois

No começo da reportagem, o jornalista relembra o Proer, programa de recuperação das instituições financeiras, implementado no Brasil após a edição do Plano Real, o qual canalizou recursos da ordem de R\$ 30 bilhões às mencionadas instituições para garantir as bases da estabilização monetária.

Entretanto, diz o jornalista, o Federal Reserve (Fed), Banco Central dos Estados Unidos, abriu uma linha de crédito de US\$ 200 bilhões em títulos do Tesouro, para instituições financeiras naquele país. O objetivo era conferir liquidez ao mercado, na tentativa de amenizar a crise imobiliária que assolou a economia, conhecida como subprime.

A matéria afirma que bancos como o Merrill Lynch, o Bank of America e o Citigroup estão entre as maiores vítimas da crise do subprime e o peso dessas instituições foi decisivo para que o Fed abrisse a bilionária linha de crédito.

A matéria afirma, em nota à parte, que o banco espanhol Santander superou o Citibank em valor de mercado, atingindo a cifra de US\$ 107 bilhões contra US\$ 102 bilhões. Isso somente foi possível porque o banco americano foi fortemente afetado pela crise do subprime, apostando na cobiça de seus apostadores e confiando em excesso em seus administradores.

Esta matéria é relevante porque o Citibank e o Opportunity, parceiros de investimento no passado, travaram uma batalha judicial em que o banco americano acusa o grupo de Daniel de Dantas de haver lhe causado um sensível prejuízo financeiro ao gerir seus investimentos no Brasil de forma fraudulenta.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 547 de 26 de março de 2008

Matéria: “Como vamos escapar dessa? Ou não vamos?”

Jornalista Responsável: Leonardo Attuch

Trata-se de reportagem que, a exemplo da anterior, aborda a crise financeira nos Estados Unidos, enfocando, neste caso, seus possíveis reflexos para o Brasil. O jornalista inicia relatando os detalhes da situação e os esforços que vêm sendo realizados pelo governo daquele país. É também feito num paralelo com a grande depressão de 1929.

De acordo com a reportagem, em agosto de 2007 os preços dos imóveis começaram a cair e esta queda pode chegar a 30%, o que reduziria a riqueza das famílias americanas em US\$ 4 trilhões. Em seguida, os bancos do país começaram a contabilizar grandes prejuízos em seus balanços. As perdas totais das grandes instituições financeiras podem chegar a US\$ 600 bilhões e, com necessidade de caixa, elas emprestam menos, o que está provocando uma recessão nos EUA.

Diante deste quadro, o Fed já injetou US\$ 480 bilhões para reaquecer a economia, o que traz o risco de inflação. Tais problemas vêm causando a queda da moeda norte-americana e isto está contribuindo para a alta do petróleo, elevando pressões inflacionárias em todo o mundo (na China a taxa foi de 9,6% em doze meses). Em razão de sua inflação, se o país oriental decidir frear o crescimento econômico, o preço dos produtos agrícolas e minerais poderá cair e o Brasil será afetado porque exporta cerca de US\$ 100 bilhões ao ano em commodities para o mercado chinês.

O Citibank, uma das maiores instituições bancárias dos Estados Unidos, foi diretamente afetado pela crise. Esta instituição está envolvida nas negociações da venda da BrT (da qual é sócia) para a Oi.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 547 de 26 de março de 2008

Matéria: “Só falta apertar o botão”

Jornalistas Responsáveis: Leonardo Attuch e Adriana Nicacio

Nesta reportagem, os jornalistas afirmam que o negócio mais comentado, discutido e aguardado do ano – a venda da Brasil Telecom para a Oi – está fechado. De acordo com a matéria, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, teria se envolvido pessoalmente nas negociações, que estavam emperradas.

Ainda segundo a reportagem, em 11 de março, Mantega reuniu-se com executivos e advogados do Citibank em um encontro secreto e lhes afirmou que a concretização do negócio era uma “operação estratégica de interesse do governo”. O ministro teria ainda afirmado o seguinte: “Quero que vocês (Citibank e Opportunity) resolvam logo seus conflitos”. Os jornalistas afirmam que o Ministro, questionado sobre a reunião, negou ter tratado deste assunto. O Citibank, por sua vez, preferiu não fazer comentários a respeito.

A matéria segue afirmando que a guerra judicial entre o Opportunity e o Citibank era o único ponto pendente para que o negócio fosse fechado.

Resolvido este problema, os empresários Carlos Jereissati (Grupo La Fonte) e Sérgio Andrade (Andrade Gutierrez), assumiriam o comando de uma empresa com receitas de quase R\$ 30 bilhões e praticamente metade do mercado nacional de telecomunicações.

Os jornalistas afirmam que o Governo vem apoiando os mencionados empresários – por meio de recursos do BNDES – em razão da suposta necessidade de criação de um grupo nacional forte para enfrentar a espanhola Telefónica e a mexicana Telmex (dona da Claro e da Embratel).

Todavia, ainda há a necessidade de envio à consulta pública da proposta de alteração da Lei Geral de Telecomunicações, permitindo fusões ou aquisições de operadoras de telefonia, eliminando-se, assim, os obstáculos legais. O Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg afirmou que “as mudanças na lei deverão ser atendidas.” De uma fonte graduada da Brasil Telecom, os jornalistas ouviram a garantia de que “o negócio, finalmente, saiu”.

Nesta matéria, o Grupo Opportunity é abordado de forma neutra, como apenas um dos sócios da Brasil Telecom e protagonista de uma guerra judicial contra outro sócio, o Citibank.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Edição: nº 548 de 02 de abril de 2008

Matéria: “Sob nova direção”

Jornalista Responsável: Leonardo Attuch

O jornalista Leonardo Attuch vem acompanhando as negociações em torno da venda da BrT para a Oi. Ele afirma na matéria que às 20h:30min do dia 27 de março foi selado o “maior negócio do ano e a mais acirrada disputa empresarial da história brasileira”.

O acordo, celebrado na sede da empresa Angra Partners, no Rio de Janeiro, removeu os últimos entraves jurídicos à negociação da venda da Brasil Telecom para a Oi por R\$ 4,8 bilhões. O jornalista afirma que, na reunião, Alberto Guth representou a Angra (fundos de pensão), o advogado Sérgio Spinelli representou o Citibank e Verônica Dantas (irmã de Daniel Dantas), o Opportunity.

Depois de mais de três horas de discussões, o entendimento foi o seguinte: O Citibank concordou em retirar uma ação judicial de US\$ 300 milhões contra o Opportunity na Justiça de Nova Iorque. Este, por sua vez, se comprometeu a não entrar com qualquer demanda indenizatória contra o Citi (falava-se em algo em torno de US\$ 1 bilhão) e os fundos de pensão ficaram livres de qualquer ação judicial. Dessa forma foi possível aos controladores da Oi – Carlos Jereissati e Sérgio Andrade – obterem a segurança jurídica necessária para assumirem a Brasil Telecom.

De acordo com o jornalista, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, afirmou que “agora o Brasil terá uma empresa de capital nacional para concorrer com a espanhola Telefónica e com a mexicana Telmex”.

O Governo Federal, por meio do BNDES, ajudará Jereissati e Sérgio Andrade a comprarem não só a Brasil Telecom como também as ações dos sócios privados que estão deixando a Oi (Opportunity, Citibank e Grupo GP), o que elevará o valor da negociação a um patamar de R\$ 8,6 bilhões.

Apesar dos gastos, o Governo avalia que está fazendo um bom negócio porque o Brasil terá, a partir de agora, três empresas com escala para disputar o mercado e oferecer melhores serviços aos consumidores.

Esta reportagem traz os desdobramentos da negociação da venda da Brasil Telecom à Oi. O Grupo Opportunity e a pessoa de Daniel Dantas são mencionados de forma neutra pelo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

jornalista. Deve-se registrar que quem liderou as negociações pelo lado do Opportunity foi Verônica, irmã de Daniel, provavelmente em decorrência da falta de credibilidade do banqueiro junto a seus ex-parceiros e concorrentes, que o consideram desleal.

REVISTA VEJA

Edição: nº 1706, de 27 de junho de 2001

Matéria: “Os Bastidores de uma Guerra”

Jornalista Responsável: Consuelo Dieguez

Esta foi uma das primeiras reportagens que tratou da bilionária disputa no setor de telefonia no Brasil. Inicialmente, a jornalista destaca a trajetória profissional do empresário Nelson Tanure (que atualmente não se encontra mais em evidência). De acordo com ela, trata-se de um empreendedor arrojado e polêmico, amigo da ex-ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello. Em meio a uma carreira marcada por negócios milionários e grandes disputas judiciais, Tanure comprou, naquele ano, o Jornal do Brasil, ingressando no setor de comunicação.

Em 2001, data da reportagem, Nelson Tanure se associou aos canadenses da empresa de telefonia TIW, que, naquela época, mantinha uma acirrada disputa judicial contra o Opportunity, pelo controle das empresas Telemig Celular e Tele Norte Celular. De acordo com a jornalista, a questão mais polêmica, naquele momento, foi o surgimento de fitas provavelmente gravadas de forma ilegal, que revelavam os bastidores da disputa. Estas fitas supostamente continham diálogos telefônicos entre Tanure e o canadense Bruno Ducharme, presidente mundial da TIW, nos quais eles definiam estratégias de atuação contra Daniel Dantas.

As gravações também continham, segundo a jornalista, conversas de Paulo Marinho, assessor de Tanure, com o jornalista Ricardo Boechat, que trabalhava para o jornal O Globo.

A reportagem afirma que num diálogo gravado em 14 de abril de 2001, Boechat relata a Marinho o conteúdo de uma matéria contra o Opportunity que seria publicada no dia seguinte no jornal. Boechat teria dito, durante o telefonema, que “minhas fontes não são o Cardeal Dom Eugênio Sales nem o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Já negocieei matérias com o Daniel Dantas também. Não levo vantagem financeira com isso. O que quero é a notícia”.

Na reportagem, a jornalista Consuelo Dieguez exalta as qualidades de Dantas como jovem empreendedor, chamando-o de “um dos economistas mais brilhantes de sua geração, operador audacioso como poucos, que em apenas seis anos transformou seu banco num colosso que administra fundos de investimento no valor de US\$ 3,4 bilhões”. Ainda de acordo com ela, os



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

domínios do banqueiro se estendem pelos setores de saneamento, transportes, telecomunicações, portos, metrô, internet e futebol. Ela afirma também que a capacidade de Dantas para fazer inimigos é tão espetacular quanto seu talento para os negócios.

Na parte seguinte da reportagem, a jornalista explica como Daniel Dantas trapaceou para enganar seus parceiros de investimento no setor de telefonia: os canadenses da TIW e os fundos de pensão, notadamente o Previ, do Banco do Brasil e a Petros, da Petrobrás. As manobras ardilosas da Dantas, montando acordos que lhe davam plenos poderes de administração sobre a Telpart, holding que controlava a Telemig Celular e a Tele Norte Celular, logo passaram a ser objeto de disputas judiciais por parte da TIW e dos fundos de pensão. Nesse contexto de conflito, Nelson Tanure surgiu como o homem de confiança dos canadenses, capaz de enfrentar Daniel Dantas num jogo de igual para igual.

A parte seguinte da reportagem de Consuelo Dieguez se refere à utilização da imprensa como instrumento de propaganda, neste caso, contrária ao Opportunity. Isto teria ocorrido com o apoio de Ricardo Boechat, que trabalhou em favor de Nelson Tanure e de seu assessor, Paulo Marinho. A situação teria ocorrido da seguinte forma: Boechat redigiu um texto jornalístico e, na véspera da publicação (15 de abril de 2001), telefonou a Marinho e leu todo o seu conteúdo, que foi aprovado por este com o seguinte comentário: “Tá ótima. A matéria diz tudo que a gente queria falar”.

O assunto a ser tratado eram as manobras que estavam sendo preparadas por Daniel Dantas para uma assembléia de acionistas das empresas de telefonia celular. Na reprodução de diálogo do dia 14 de abril, Boechat argumenta com Paulo Marinho que é desnecessário tentar camuflar a autoria da reportagem, uma vez que o grupo de Daniel Dantas já tem ciência de quem seria o provável autor.

Dez dias depois de sua publicação no Jornal O globo, a matéria escrita por Boechat foi utilizada pelos fundos de pensão (aliados de Tanure) em uma ação judicial contra o Opportunity.

Embora este trabalho jornalístico de Consuelo Dieguez tenha sido publicado na Revista Veja em junho de 2001, ele é importante no que diz respeito ao envolvimento de setores da mídia em questões que vão além do dever de informar. Em casos como esse, a liberdade de imprensa se transforma em manipulação da opinião pública, caracterizada por reportagens que tão somente refletem os interesses de determinados grupos econômicos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA VEJA

Edição: nº 2043, ano 41 nº 2, de 16 de janeiro de 2008

Matéria: “Rumo à Supertele”

Jornalista Responsável: Lauro Jardim – Editor Especial da Revista

A matéria apresenta dados financeiros referentes à aquisição da Brasil Telecom (BrT) pela empresa de telecomunicações Oi – antiga Telemar. O negócio, prestes a ser concretizado, envolve a cifra de R\$ 8,65 bilhões, grande parte deste montante a ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A nova empresa, que poderá se chamar “Oi Brasil”, será controlada por Sérgio Andrade, da construtora Andrade Gutierrez e por Carlos Jereissati, irmão do senador Tasso Jereissati e dono do Grupo La Fonte.

De acordo com a matéria, o Governo Federal tem grande interesse nesse negócio, a ponto de ser acusado pela reportagem de realizar um agressivo lobby para sua concretização. Este incluiria gestões no sentido de alterar a legislação em vigor que proíbe que o mesmo controlador seja sócio de duas concessionárias¹⁹.

De acordo com a reportagem, a Oi envolveu até o filho do Presidente Lula, Fábio Luís, o “Lulinha” na negociação. Isto teria ocorrido quando a empresa começou a investir na Gamecorp, produtora de TV e jogos para celular que tem Lulinha entre os sócios. A tentativa de utilizar o filho para envolver o Presidente da República na negociação atrasou sua concretização, que estava prevista para ocorrer em 2006.

A reportagem menciona que a BrT foi alvo da “maior disputa societária que o país já viu – aquela que opôs Daniel Dantas aos fundos de pensão e à Telecom Itália”. A reportagem afirma ainda que “depois que saiu das mãos de Dantas, há dois anos, o valor de mercado da empresa (BrT) passou de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 14,1 bilhões.

Nota-se que a matéria poupa Daniel Dantas das críticas e acusações de fraude, corrupção e espionagem, durante os nove anos em que ele controlou a BrT.

¹⁹ Neste caso, os fundos de pensão e o próprio BNDES, que possuem ações tanto da Oi quanto da BrT, não poderiam ser acionistas da nova empresa.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

REVISTA VEJA

Edição: nº 2049, ano 41 nº 8, de 27 de fevereiro de 2008

Matéria: “Faxina Jurídica”

Jornalista Responsável: Alexandre Oltramari, Editor da Sucursal da Revista em Brasília/DF

A matéria informa que o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, decidiu, em liminar, revogar vinte artigos da chamada “Lei de Imprensa”, editada em 1967 pelo então Presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco.

A matéria informa que a liminar ainda deveria ser aprovada pelo plenário do STF, mas já havia motivos para se comemorar uma vez que todos os processos e condenações anunciadas com base nessa legislação encontravam-se, desde já, suspensos.

A Lei de Imprensa prevê, entre outras coisas, a prisão de jornalistas, multas e permissão para apreensão e destruição de jornais e revistas. Embora já estivesse em desuso, portanto o efeito da liminar é mais simbólico que prático, trata-se, na opinião do advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, de uma adequação jurídica aos novos tempos.

Em seu despacho, o Ministro Ayres Britto destacou que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não podem sofrer nenhuma restrição. A imprensa e a democracia, na vigente ordem constitucional, são irmãs siamesas”.

A matéria conclui afirmando que a liminar do Supremo não é uma licença para que jornalistas e veículos de informação pratiquem calúnia e difamação contra indivíduos, empresas ou instituições e que todo aquele que se sentir ofendido por matérias da mídia pode recorrer aos Códigos Civil e Penal.

Este acontecimento é relevante no contexto das evidências de manipulação da mídia por grupos econômicos, entre os quais o Opportunity. A liberdade de imprensa, tomada como valor absoluto na sociedade brasileira atual, camufla o fato de que muitos jornalistas e editores encontram-se vinculados a tais grupos, comprometendo a isenção do seu trabalho.

Não é correta a utilização dos preceitos democráticos para a promoção de interesses que em nada contribuem com a democracia. Além disso, quando passa a ocorrer a manipulação da mídia, não se está vivendo uma situação de pleno acesso à informação, mas, tão-somente, de alienação da opinião pública em favor de interesses privados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Obviamente que o problema não está na liberdade de imprensa e sim na cooptação de profissionais que atuam nesta área. Por fim, não se pode esquecer o poder da mídia na formação da consciência coletiva e do pensamento dos indivíduos.

REVISTA VEJA

Edição: nº 2054, ano 41 nº 13, de 2 de abril de 2008

Coluna do Jornalista Diogo Mainardi: “Entendeu, Tabatha?”

Em sua coluna o jornalista analisa o comportamento dos colegas de profissão que, afastados da imprensa escrita, passam a atuar por meio de blogs na Internet. Ele afirma que esses profissionais, embora divulguem que estão na vanguarda por utilizarem este moderno meio de comunicação, na realidade retomam “algumas das mais antigas e imundas práticas do jornalismo, como a chantagem, a mentira, a propaganda do poder e a matéria paga”.

A coluna cita o exemplo de Paulo Henrique Amorim que, recentemente demitido do portal iG da Internet, abriu um blog com seu nome. Mainardi afirma que fez uma pesquisa no registro do blog e descobriu que seu servidor era a empresa Nexxia, pertencente a Luiz Roberto Demarco, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT)²⁰. De acordo com Mainardi, após sua denúncia, Paulo Henrique Amorim migrou para outro servidor, que também pertencia a Demarco.

Dessa forma, ele conclui: “Os blogueiros jornalistas podem criar uma nova identidade por dia. Mas sempre dá para descobrir quem manda neles.”

Esta revelação é elucidativa no tocante a uma possível submissão de jornalistas a terceiros, o que contraria o princípio da imprensa livre.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 13 de dezembro de 2006

Matéria: “Justiça pede dados sobre Telecom Italia”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

A jornalista inicia afirmando que a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu requisitar oficialmente à Justiça Italiana documentos relativos às investigações da suposta

²⁰ Luiz Roberto Demarco foi sócio de Daniel Dantas, de quem hoje é inimigo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

espionagem e pagamento de propinas, feitos pela Telecom Italia a ministros, banqueiros, jornalistas e executivos, tanto no país europeu quanto no Brasil.

A polícia italiana, de acordo com a reportagem, descobriu que a Telecom Italia montou uma rede de espionagem clandestina que atingiu mais de 2.000 pessoas. Em razão disso, foram presos, entre outros, o segundo homem mais importante na hierarquia do Serviço Militar de Inteligência (Sismi), Marco Mancini, o chefe mundial de segurança da Telecom Italia, Giuliano Tavori e o detetive particular Emanuele Cipriani, além de 20 outras pessoas envolvidas.

No Brasil, os principais alvos da espionagem teriam sido os então Ministros Marcio Thomaz Bastos, da Justiça e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

A Telecom Italia é sócia de duas operadoras de telefonia no Brasil: a TIM (telefonia móvel) e a Brasil Telecom (fixa). O País então teria sido palco da espionagem italiana em razão da disputa comercial entre a Telecom Italia e o Banco Opportunity pelo controle da Brasil Telecom.

Na reportagem a jornalista afirma, ainda, que o senador Heráclito Fortes viajou, à época, à Itália para pedir informações à justiça do país europeu, inclusive a integra dos depoimentos. Salienta-se que Fortes é citado em algumas matérias jornalísticas como parlamentar atuante na intermediação da crise entre a Telecom Italia e o Opportunity.

A reportagem apresenta, em seu final, uma nota à parte afirmando que o mesmo Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu autorizar a abertura do disco rígido de um computador do Banco Opportunity, apreendido durante a Operação Chacal, desenvolvida pela Polícia Federal em 2004. A perícia nos dados foi pedida pelo Ministério Público Federal sob a alegação de que o computador poderia conter indícios de ilegalidades na contratação da empresa de investigações Kroll pela Brasil Telecom (operadora de telefonia que à época era gerida pelo Opportunity)²¹.

Para garantir o sigilo dos dados, a jornalista afirma que a abertura do disco rígido deveria ocorrer mediante uma série de ressalvas que incluíam a presença, no local da abertura, apenas do juiz responsável, dos advogados do Opportunity, dos representantes legais de Daniel Dantas e da ex-presidente da Brasil Telecom, Carla Cico, além de um representante do Ministério Público Federal. Um perito da Polícia Federal deveria aguardar do lado de fora da sala.

A matéria enfatiza o esquema de espionagem patrocinado pela Telecom Italia contra políticos e autoridades, tanto neste país quanto no Brasil. O banqueiro Daniel Dantas não é o objeto desta informação e é mencionado apenas no final da reportagem, quando se fala que seus advogados acompanharão a análise dos dados no computador apreendido em seu banco.

²¹ A atuação desta empresa no Brasil talvez tenha sido um dos ramos da espionagem supostamente realizada pela Telecom Italia no País.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

A reportagem curiosamente não aprofunda o aspecto da investigação que vem sendo desenvolvida na Itália, o qual trata do pagamento de propina a políticos pela Telecom Italia. A esse respeito, a jornalista apenas afirma que tal pagamento era feito a autoridades (supostamente brasileiras) e servidores públicos por meio de advogados e consultores.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 24 de janeiro de 2007

Matéria: “Telecom Italia anuncia nova estrutura administrativa”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

A mesma jornalista da Folha de São Paulo segue numa série de reportagens acerca do tema “Telecom Italia”. Nesta matéria ela afirma que a empresa, dona da TIM e de parte da Brasil Telecom, anunciou uma reestruturação em sua cúpula administrativa, com vistas a atrair novos investidores internacionais para a expansão de suas atividades.

A jornalista afirma que o futuro da Telecom Italia seria (naquela época), decidido num cenário de turbulência uma vez que os maiores jornais italianos divulgavam, quase que semanalmente, informações sobre as operações de espionagem desencadeadas pela empresa em 2004 e 2005, cujo produto interessava diretamente a Tronchetti Provera, então presidente.

Provera, de acordo com a reportagem, divulgou carta aberta negando envolvimento em ações ilícitas e declarando apoio às ações de investigação do Ministério Público italiano.

Embora não mencione o Banco Opportunity e Daniel Dantas, a matéria aborda um tema que tangencia a ambos: as ações de espionagem empreendidas no Brasil pela Telecom Italia. Apesar do suposto benefício que Dantas obteve nessas ações, levantando informações importantes sobre seus oponentes, ele não é citado em muitas das matérias jornalísticas que tratam do caso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 4 de abril de 2007

Matéria: “Slim negocia para controlar Telecom Italia em um ano”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

Esta matéria, com foco econômico, aborda as negociações que vêm sendo feitas entre a empresa América Móvil (do mexicano Carlos Slim) e a estadunidense AT&T com a Pirelli para a venda da holding controladora da Telecom Italia, chamada “Olímpia”.

A América Móvil informou que gostaria de adquirir, da Pirelli, um terço das ações da Olímpia e o outro terço seria adquirido pela AT&T. De acordo com a reportagem, a América Móvil controla, no Brasil, as empresas de telefonia Claro e Embratel, enquanto que a Telecom Italia controla a TIM e parte da Brasil Telecom. Isto significa que se a negociação for bem sucedida, informa a jornalista, Carlos Slim passaria a ter grande poder no setor de telecomunicações no Brasil.

A reportagem, a exemplo das anteriores assinadas pela jornalista Janaína Leite, destaca que a Telecom Italia vivia (à época) um momento difícil em razão da ênfase que a imprensa do país europeu vinha dando ao caso da espionagem empreendida pela gigante das telecomunicações. A crise vinha se aprofundando em razão do embate entre o então Primeiro-Ministro italiano Romano Prodi e seu desafeto, Marco Tronchetti Provera, que à época era presidente da Telecom Itália.

A respeito da situação no Brasil, a reportagem afirma que os sócios da Telecom Italia na Brasil Telecom (Citigroup e Fundos de Pensão) estariam tentando comprar a parte da empresa italiana, o que agradava ao Governo Brasileiro pois facilitaria a criação de um eixo nacional de telecomunicações, a partir de uma futura fusão entre a Telemar e a Brasil Telecom²². A jornalista termina a matéria afirmando que ambas as teles brasileiras estariam interessadas na realização do negócio.

A matéria trata de temas relacionados ao Banco Opportunity, ex-gestor de investimentos dos fundos de pensão e do Citigroup na Brasil Telecom e atual acionista desta empresa. Todavia, os nomes da instituição bancária e de seu proprietário, Daniel Dantas, não são mencionados.

²² Na época isto ainda era uma possibilidade, que veio a se confirmar nos dias atuais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 20 de julho de 2007

Matéria: “Italianos anunciam saída da Brasil Telecom”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

A jornalista Janaína Leite continua sua série de reportagens sobre os acontecimentos envolvendo o setor de telefonia no Brasil. Nesta matéria, ela informa que a Telecom Itália vendeu ao Citigroup e aos fundos de pensão das estatais brasileiras (sobretudo Petros, da Petrobrás, Previ, do Banco do Brasil e Funcef, ligada à Caixa Econômica Federal), suas ações na Brasil Telecom pelo valor de US\$ 515 milhões. A operação ainda necessitava, à época, de autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

O acordo havia sido assinado em Milão/Itália e, segundo a jornalista, a Brasil Telecom é a concessionária responsável pela telefonia fixa de três regiões do País: Norte, Sul e Centro-Oeste. O comunicado oficial da venda informava que a Telecom Italia havia vendido 38% das ações da Solpart, holding controladora da Brasil Telecom, o que representava 19% das ações totais da operadora.

De acordo com a reportagem, a negociação permitiria o fim dos litígios entre a Telecom Itália, os fundos de pensão e o Citigroup, porque os italianos concordaram em suspender a arbitragem que moveram contra seus sócios em Paris.

No ponto mais importante da matéria, Janaína Leite afirma que a Brasil Telecom é controlada hoje (à época) por quatro sócios: fundos de pensão brasileiros, Citigroup, Telecom Italia e Opportunity, que vivem “às turras”. De acordo com ela, há acusações e processos judiciais em Brasília, Nova Iorque e Paris.

A jornalista afirmou na reportagem que havia uma grande dúvida sobre se o Citigroup exerceria o acordo que havia fechado com os fundos de pensão dois anos antes. Por meio deste acordo, o banco estadunidense poderia vender suas ações por um preço três vezes acima da média de mercado. Todavia, há um outro acordo, mantido pela justiça brasileira, chamado “umbrella” que garantia ao Opportunity a gestão da Brasil Telecom e invalidaria o acordo anterior. A jornalista finaliza afirmando que a disputa em torno desta operadora de telefonia não interessa mais aos seus sócios.

O Banco Opportunity, nesta matéria, é abordado de forma neutra e os detalhes das atividades de Daniel Dantas, bem como suas disputas com os ex-sócios na Brasil Telecom sequer são abordados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 22 de julho de 2007

Matéria: “Opportunity avalia proposta para sair da Brasil Telecom, diz Dantas”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

Nesta matéria a jornalista afirma que entrevistou Daniel Dantas por email e o banqueiro teria afirmado que já fora procurado por representantes dos fundos de pensão e do Citibank os quais estavam desejosos de saber se ele estaria interessado em vender suas ações na Brasil Telecom.

De acordo com o que Dantas disse na entrevista, ele não se oporia à reorganização societária da operadora, mas a venda de suas ações dependeria dos valores e condições oferecidos.

À jornalista, o banqueiro expressou sua intenção de “defender seus interesses e os de seus investidores com muita diligência”. Ele afirmou que essa negociação, para ocorrer, deverá respeitar os contratos e os direitos de todas as partes. De acordo com Dantas, o Opportunity sempre teve interesse em extinguir os litígios em torno da Brasil Telecom e propôs, por diversas vezes ao Citibank e aos fundos de pensão, que a arbitragem das contendas fosse levada a um mecanismo internacional e neutro. No entanto, não especificou que mecanismo seria esse.

De acordo com a reportagem, a Brasil Telecom é a operadora de telefonia fixa que atua nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste e seu controle é compartilhado por fundos de pensão, Citibank, Opportunity e Telecom Italia.

A respeito das disputas que envolvem o controle da operadora, a jornalista afirma que desde 2001 os mencionados sócios vêm se desentendendo e promovendo episódios que incluem casos de espionagem, corrupção, uso da máquina governamental, manipulação da mídia, processos judiciais, CPIs, inquéritos policiais no Brasil e na Itália. Resumindo: houve de tudo um pouco.

Este ponto da reportagem é particularmente interessante porque a jornalista cita – e isso é raro - a manipulação que tem sido feita na mídia. O que ela não mencionou foi a participação de Daniel Dantas nesse processo, uma vez que ele pode ser considerado, pelos elementos já apresentados, um indivíduo bastante empenhado em cooptar jornalistas e editores com o intuito de divulgar notícias que lhe interessem, influenciando assim a opinião pública.

Na sequência da matéria, afirma-se que as disputas começaram a ser resolvidas na semana anterior, quando os fundos de pensão compraram a parte que pertencia aos italianos na Brasil Telecom, o que equivale a cerca de 19% das ações da operadora. A partir da compra, afirma



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Janaína Leite, tornou-se mais factível a intenção dos fundos de pensão de unirem a Brasil Telecom à Oi (antiga Telemar), considerada maior operadora de telefonia fixa do Brasil. Esta idéia seria acalentada pelo Governo Federal.

A jornalista afirma que há duas alternativas para que isso ocorra: uma delas seria que os sócios remanescentes ofertassem suas ações de forma conjunta e a outra possibilidade seria a compra das ações do Opportunity pelos fundos de pensão e pelo Citibank.

Dantas, de acordo com a reportagem, considerará mais vantajosa a alternativa que pagar o melhor preço. “Ao ser perguntado sobre o valor pedido pela Telecom Itália – cerca de R\$ 37,00 reais por ação, mais de 40% abaixo dos R\$ 53,00 que vinham sendo praticados pelo mercado – o empresário mostrou-se enigmático”. afirmou ele “pelo que foi anunciado, o desconto dado pelos italianos teve como contrapartida benefícios paralelos”.

Nesta reportagem, Daniel Dantas é abordado como empresário e acionista da Brasil Telecom. Em nenhum momento é feita qualquer referência aos meios por ele utilizados para alcançar tal posição (banqueiro e rico investidor). Salienta-se que, se a jornalista não o enalteceu, ao menos também não questionou suas supostas atividades criminosas, motivo pelo qual ele já foi investigado em uma operação da Polícia Federal (Operação Chacal) e responde a inúmeros processos na justiça.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 24 de julho de 2007

Matéria: “Dantas quer investigação sobre Brasil Telecom”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

Trata-se de uma nota assinada pela mesma jornalista que vem acompanhando as disputas relacionadas ao setor de telefonia no Brasil. Desta vez, Janaína Leite afirma que, com base em entrevista concedida por email no dia 20 de julho de 2007 (provavelmente a mesma citada na matéria anterior), foi revelado que o banqueiro Daniel Dantas enviou à Procuradoria-Geral da República um pedido para que o Ministério Público investigue supostos atos ilegais praticados no âmbito da disputa entre os sócios da Brasil Telecom.

A solicitação, de acordo com a jornalista, é baseada em investigações realizadas pela Procuradoria de Milão que acusa funcionários e colaboradores da Telecom Italia de promover uma rede de espionagem ilegal, venda de informações sigilosas no mercado negro e aliciamento



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

de políticos e servidores públicos com o objetivo de obter vantagens para a operadora italiana. Tais ilegalidades também teriam ocorrido no Brasil.

Dantas, em sua entrevista por email, teria declarado que “a Telecom Italia iniciou uma ofensiva, acompanhada por outros, com o objetivo de tirar partido de direitos que cabiam a terceiros em uma estrutura que foi montada para investimentos conjuntos”.

De acordo com a matéria, o banqueiro também iria entregar pedido de investigação similar à justiça italiana.

Esta nota jornalística aborda crimes relacionados a espionagem e tráfico de influência denunciados por Daniel Dantas, mas não revela que ele próprio é suspeito de praticar esses mesmos crimes no País, utilizando-se do caixa das empresas que controlava, em especial a Brasil Telecom, para financiar ações ilícitas tais como as denunciadas.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Edição: 1º de agosto de 2007

Matéria: “Bevilaqua, ex-BC, vai trabalhar para Dantas”

Jornalista Responsável: Janaína Leite

A reportagem analisa a contratação, pelo Opportunity – na condição de sócio minoritário – do Ex-Diretor de Política Monetária do Banco Central, Afonso Bevilaqua.

De acordo com a matéria, ele já havia prestado consultoria a Daniel Dantas por três anos antes de ir para o Banco Central e faz parte de uma lista de pessoas que saíram da área econômica do Governo para o mercado financeiro.

Bevilaqua é considerado um economista defensor dos juros altos para o combate à inflação e sua postura profissional fez com que ele se desentendesse com diversas pessoas, não apenas do Banco como de outros setores da administração pública.

Janaína Leite afirma que, no Opportunity, Bevilaqua deve se dedicar aos investimentos no exterior e, em sua nova área de atuação, ele se unirá a outro nome polêmico: Daniel Dantas, que trava disputas com fundos de pensão ligados a estatais e cujos investimentos conjuntos em telecomunicações o levaram sofrer várias acusações – de espionagem a envolvimento no mensalão, as quais ele nega.

Nota-se, pela seqüência de reportagens publicadas por Janaína Leite, que um de seus interesses é manter o nome de Dantas em evidência. Nesta matéria, ela o defende de forma



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

sutil, porém mais incisiva que nas reportagens anteriores. Salieta-se que ele é apontado como investidor que sofre acusações as quais nega. A leitura da reportagem sugere um perfil de vítima de Dantas, quando, na realidade, há indícios que o relacionam a uma série de crimes.

LIVRO: LULA É MINHA ANTA

Autor: Diogo Mainardi

Editora: Record, Rio de Janeiro - São Paulo/2007

Observação: O livro traz a coletânea das colunas publicadas pelo jornalista na Revista Veja entre os anos de 2005 e 2007

Entre as páginas 30 e 35 de seu livro, Mainardi faz comentários relevantes acerca do envolvimento de Daniel Dantas com o esquema do “mensalão”, que teria ocorrido entre 2002 e 2004.

De acordo com ele, Luiz Roberto Demarco e Daniel Dantas foram sócios no passado, mas a inimizade e as disputas entre eles levaram a uma ação judicial bilionária (não detalhada) movida por Demarco contra Dantas. Esta ação estaria sendo patrocinada pela Telecom Italia, interessada em enfraquecer Dantas.

Mainardi afirma que Luiz Nassif, então jornalista da Folha de São Paulo, publicou artigo em que apenas reproduzia um texto escrito por Demarco sobre Dantas, inclusive com erros de grafia, o que seria um exemplo de utilização dos grandes veículos de comunicação por grupos econômicos ou indivíduos particulares.

Mainardi segue afirmando que, em meados de 2002, Daniel Dantas encarregou seu operador, Marcos Valério, de procurar Delúbio Soares, então tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), para “buscar um canal de negociação com o Partido”. Delúbio teria exigido propina para financiar a campanha eleitoral (não especifica qual) e “domesticar” os petistas. O que estava por trás do interesse de Daniel Dantas em se aproximar do PT era a necessidade de obter apoio político para evitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional sobre a privatização da Telebrás, da qual ele participou.

De acordo com Mainardi, Delúbio Soares se encontrou com Marcos Valério e Carlos Rodemburgo, sócio de Dantas no Opportunity. O tesoureiro do PT teria pedido dinheiro aos representantes de Dantas para corromper parlamentares em favor de apoio ao Palácio do Planalto no Congresso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Depreende-se dessa informação que assim nascia o “mensalão” e que Daniel Dantas foi seu financiador.

Mainardi afirma que tudo correu bem até meados de 2004 quando Dantas foi acusado de contratar a empresa Kroll para investigar seus adversários, um dos quais era o Ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. O Ministro teria retaliado por meio de seus aliados nos fundos de pensão, os quais fizeram um acordo secreto com o Citibank para retirar Daniel Dantas do controle da Brasil Telecom.

Este acordo, explica Mainardi, foi fechado em janeiro de 2005 e previa que os fundos de pensão comprariam a participação do Citibank na Brasil Telecom por R\$ 1 bilhão, o dobro do valor de mercado. “A operação foi negociada pela Angra Partners, gestora dos fundos de pensão e formada por ex-funcionários do próprio Citibank. O que se comenta no mercado é que o superfaturamento da Brasil Telecom incluiria uma cota destinada ao PT, que permitiria o desvio de dinheiro dos fundos de pensão. Nesse processo, Dantas deixaria de ser o maior financiador do caixa dois do partido”.

O jornalista afirma ainda que “em fevereiro de 2005 o Citibank cumpriu sua parte no acordo e destituiu Dantas da gestão do fundo CVC, com o qual ele controlava a Brasil Telecom. Exatamente no mesmo período, segundo Roberto Jefferson, começaram a minguar os recursos de ‘mensalão’. A explicação é simples: Dantas, passado para trás pelo governo, interrompeu o pagamento de propinas aos parlamentares. O resultado foi a perda de controle do Congresso e a conseqüente eleição de Severino Cavalcanti”.

Na coluna da semana seguinte, citada à página 33 do livro, Mainardi afirma que o dinheiro do mensalão foi extorquido de Daniel Dantas. “Os altos e baixos de Lula correspondem perfeitamente aos altos e baixos de Dantas. A história do governo Lula é um mero reflexo da disputa comercial entre as operadoras de telefone”.

Mainardi afirma que quando começou a publicar em sua coluna informações sobre o mensalão, emissários de Dantas o procuraram para negar o envolvimento do banqueiro, mas declararam que em outubro de 2002 a Brasil Telecom havia doado US\$ 2 milhões para o caixa dois da campanha de Lula, numa operação coordenada por Antônio Palocci e Delúbio Soares. Declararam também que a Telemar, operadora da qual Dantas era sócio, havia doado US\$ 6 milhões à campanha de Lula.

Por fim, de acordo com Mainardi, os enviados de Dantas lhe disseram que “um agente da Kroll, empresa de espionagem contratada pela Brasil Telecom, havia descoberto a existência de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

contas secretas de membros do governo em paraísos fiscais, inclusive uma de Lula, no Delta Bank, nas Ilhas Cayman²³.”

A respeito das mencionadas contas, Mainardi afirma que em todos os encontros que manteve com representantes de Dantas, ele insistiu para que eles lhe fornecessem os documentos que diziam possuir (não afirmou se os recebeu).

Na página 54 de seu livro, que se refere a colunas publicadas em Veja no ano de 2005, Mainardi escreve que Leonardo Attuch, da Revista IstoÉ Dinheiro é subordinado a Daniel Dantas. “Quando Dantas está satisfeito com o governo, Attuch é governista. Quando Dantas está insatisfeito com o governo, Attuch vira opositor. Mino Carta, por outro lado, é subordinado a Carlos Jereissati, tem a missão de atacar Dantas”.

Mainardi afirma que, em razão desta coluna, foi processado por Attuch e Carta, mas venceu a ambos.

Na página 73 de seu livro, Diogo Mainardi relata o envolvimento do investidor Naji Nahas na disputa entre a Telecom Italia e o Banco Opportunity pelo controle da Brasil Telecom. Em nome do investidor foram sacados 3,25 milhões de reais que teriam sido repassados à Telecom Italia. Mainardi afirma que a revista italiana Panorama noticiou que essa quantia foi depois entregue a deputados federais do Partido Liberal (PL) no esquema do “mensalão”.

Ainda de acordo com o relato do jornalista, membros do governo ligados aos ministros à época, José Dirceu e Luiz Gushiken, foram a Portugal para se encontrar com representantes da Telecom Itália com o objetivo de traçar o novo organograma da Brasil Telecom após a retirada de Daniel Dantas do comando da empresa.

Em um capítulo intitulado “Entrevista com Daniel Dantas”, Mainardi comenta sobre o encontro que manteve com o banqueiro no escritório do Opportunity, no Rio de Janeiro. Durante o curto diálogo, Dantas teria afirmado que Delúbio Soares lhe pediu US\$ 50 milhões para o PT. Em outro ponto da entrevista (com poucas perguntas e respostas muito curtas), o banqueiro disse que o Governo tinha interesse em retirá-lo do controle da Brasil Telecom em razão de um acordo entre o PT e a Telemar para tomar os ativos da telecomunicação em troca de dinheiro de campanha.

Pelo modo como a entrevista está publicada, dá a impressão de que Mainardi não a reproduziu na íntegra.

²³ A existência de tais contas nunca foi comprovada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Em outro ponto de seu livro, o jornalista menciona que um espião da empresa Kroll, contratada por Daniel Dantas, obteve um relatório, publicado pela Revista Veja, onde aparecem supostas contas bancárias de autoridades da República em paraísos fiscais. Lula teria reagido chamando os jornalistas da Revista de mentirosos, bandidos e malfeitores.

Na coluna “Quem sabe é a CIA”, publicada em junho de 2006, Mainardi relata uma conversa que teve com o Deputado Federal Delfim Netto no Congresso Nacional, durante a qual este afirmou que somente a CIA sabe se Lula possui conta em paraíso fiscal. A Agência de Inteligência americana teria ajudado a Kroll a elaborar o suposto dossiê onde estão mencionadas as contas que o Presidente e membros do primeiro escalão do Governo teriam.

Na coluna, Mainardi afirma que Daniel Dantas, que, usando a BrT, contratou a Kroll para descobrir as contas de autoridades no exterior, tem uma poderosa bancada no Congresso Nacional, com representantes de todos os partidos, que vai de Jorge Bornhausen a Paulo Delgado, de José Agripino Maia a José Eduardo Cardozo²⁴. “Nos últimos anos, graças sobretudo a Naji Nahas, Delfim Netto passou a ser considerado um deles. Não é desarrazoado supor que a informação sobre a CIA tenha sido assoprada ali, naquele meio.”

Na página 107 do livro, está impressa a coluna “A última sobre Dantas”. Nela, Mainardi revela que manteve contato com Daniel Dantas durante nove meses e, numa dessas ocasiões, o banqueiro lhe mostrou um memorando interno do Citibank o qual relata uma reunião entre o Presidente Lula e executivos do Banco em Nova Iorque. Neste encontro, Lula teria pressionado o Citibank a desfazer seus acordos com o Opportunity e aliar-se aos fundos de pensão.

Na página 141, está escrito que os promotores públicos de Milão, na Itália, descobriram um esquema de corrupção na Telecom Italia envolvendo políticos brasileiros. De acordo com a nota, a filial desta empresa no Brasil remetia dinheiro a empresas de fachada nos Estados Unidos (Global Security Services) e na Inglaterra (Business Security Agency). Essas então enviavam os recursos a intermediários brasileiros, que os repassavam a terceiros.

De acordo com a matéria, um dos beneficiados era Luiz Roberto Demarco, aliado da Telecom Italia na batalha contra Daniel Dantas e parceiros dos petistas que controlavam os fundos de pensão das estatais.

Marco Bernardini, administrador da Business Security Agency, em depoimento aos promotores públicos, disse que entre 11 de julho de 2005 e 6 de janeiro de 2006, deu dinheiro à empresa JR Assessoria e Análise e esses pagamentos eram redirecionados à cúpula da Polícia Federal.

²⁴ Nem todos esses parlamentares têm mandatos atualmente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Mainardi segue afirmando que “Paulo Lacerda e Zulmar Pimentel, números 1 e 2 da Polícia Federal²⁵ devem estar muito atarefados no momento, investigando a origem do dinheiro usado para comprar os Vedoin. Mas quando sobrar um tempinho na agenda eles podem procurar seus colegas italianos”.

Na seqüência é mencionado o nome de Alexandre Paes dos Santos (APS), lobista em Brasília. De acordo com o livro, ele fora contratado como assessor político pela Telecom Itália mas tinha que ser pago clandestinamente porque é cunhado de Eunício Oliveira, à época Ministro das Comunicações do governo Lula e responsável direto pela área de interesse da empresa italiana.

Na página seguinte, está reproduzida a coluna “Lula, Freud e Dinheiro Sujo...”, onde Diogo Mainardi faz as seguintes considerações pontuais:

- 1- A CPI dos Sanguessugas (que funcionava àquela época) quer descobrir se Naji Nahas depositou R\$ 396 mil na conta da empresa de Freud Godoy, “gorila particular de Lula”;
- 2- Isso teria ocorrido em 5 de setembro (de 2006), poucos dias antes de o comando da campanha de Lula ter sido flagrado tentando comprar o dossiê contra os tucanos;
- 3- O dinheiro que Naji Nahas teria repassado a Freud Godoy estava aplicado em contas acionárias da Telemig. Até recentemente a empresa era controlada por Daniel Dantas;
- 4- A Telemig foi uma das maiores pagadoras de Marcos Valério;
- 5- Marcos Valério deu dinheiro a Freud Godoy;
- 6- Duda Mendonça tinha a conta de publicidade da Brasil Telecom, outra empresa controlada por Daniel Dantas;
- 7- Duda Mendonça também deu dinheiro a Freud Godoy. E recebeu ainda mais de Marcos Valério, lá fora;
- 8- Daniel Dantas e Naji Nahas trabalham juntos. Naji Nahas é o plenipotenciário da Telecom Italia no Brasil. Ele intermediou o acordo entre os italianos e Daniel Dantas;
- 9- Veja noticiou que, em maio de 2003, a Telecom Italia deu R\$ 3,2 milhões em dinheiro vivo a Naji Nahas. O dinheiro foi entregue a deputados da base lulista, segundo fontes da própria Telecom Italia;

²⁵ Esta coluna foi publicada na Revista Veja em outubro de 2006. Atualmente, Paulo Lacerda e Zulmar Pimentel não ocupam mais esses cargos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

10- Na própria coluna, Mainardi havia dito que Naji Nahas, em 2002, arrecadou dinheiro ilegal para a campanha de Lula. Na época o jornalista definiu Naji Nahas como a figura mais extravagante do lulismo;

11- A ponte entre Naji Nahas e Lula era Delfim Netto. O mesmo Delfim Netto que, como declarou Lula na última terça-feira, não foi eleito por “vingança de um conjunto de elitistas, porque defendia a nossa política”.

Após elencar esses fatos, Mainardi defende, em seu livro, que muitas questões ainda precisavam ser esclarecidas pela CPI dos Sanguessugas, como por exemplo, se o dinheiro que Naji Nahas havia supostamente entregue a Freud Godoy seria usado para comprar o dossiê. Ele questiona ainda quem era o dono do dinheiro, se Naji Nahas ou um de seus empregadores.

Outras questões levantadas: “Qual o elo com o valerioduto? Por que Freud Godoy recebe dinheiro de tanta gente?” Ele salienta, no entanto, que todos os “rastros” levam ao Palácio do Planalto e todo o dinheiro veio de lobistas e empresários com interesses no Governo Federal.

Na página 156 de seu livro, Mainardi, citando exemplos de comentários já publicados pela imprensa e que ele considera absurdos, menciona que “um comentarista chegou a afirmar que recebi R\$ 500 mil para plantar notas favoráveis a Daniel Dantas”. Em que pese o jornalista tratar o assunto no rol das notícias absurdas, tal acusação é digna de investigação.

Na nota intitulada “Homem do Ano”, constante à página 171, Mainardi declara que em maio de 2006, Daniel Dantas mandou entregar à Revista Veja uma lista de autoridades do Governo Federal com contas bancárias em paraísos fiscais.

A lista incluía o Presidente Lula, José Dirceu, Luiz Gushiken, Antonio Palocci e Marcio Thomaz Bastos. Mainardi então afirma ter esperado que Bastos, então Ministro da Justiça, reagisse atacando Dantas. Para a aparente surpresa do colunista, ao invés disso, Bastos se reuniu secretamente com Dantas na residência do senador Heráclito Fortes²⁶.

Mainardi escreveu o seguinte em sua coluna: “Perguntei a Heráclito Fortes como foi o encontro. Ele respondeu: ‘Daniel Dantas estava com medo do Governo e o Governo estava com medo de Daniel Dantas’. Medo?”

Na página 181 de seu livro, Mainardi, reproduziu a coluna “Dioguildo que se Cuide”, de fevereiro de 2007. Nela ele relata que o então Ministro Luiz Gushiken teria enviado uma carta ao Diretor-Geral da Polícia Federal à época, Paulo Lacerda, pedindo “medidas policiais” contra ele (Mainardi).

²⁶ Acredita-se que Fortes faça parte da bancada que apóia Dantas no Congresso Nacional.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

O colunista afirma que o Ministro o consideraria membro de uma rede criminosa especializada em fabricar mentiras a respeito dele (Gushiken). O suposto financiador desta rede seria o banqueiro Daniel Dantas.

Diogo Mainardi ressalta considerar intrigante que o Ministro Gushiken, após enviar a carta ao Diretor-Geral da Polícia Federal, enviou também uma cópia a Paulo Henrique Amorim (que à época trabalhava no iG) o qual a publicou. Mainardi questiona os motivos desta atitude uma vez que se Gushiken quisesse que a Polícia o investigasse secretamente, por que mandar uma cópia da carta para ser publicada na Internet?

Ele emenda dizendo desconfiar que o plano fosse outro.

Em meados de 2006, a magistratura italiana iniciou investigação sobre os negócios clandestinos da Pirelli e da Telecom Itália e descobriram que ambas as empresas subornaram homens públicos no Brasil. De acordo como Mainardi, um dos indivíduos envolvidos é Luiz Roberto Demarco, aliado de Luiz Gushiken na disputa comercial contra Daniel Dantas.

O colunista acredita que Gushiken teme ser associado de alguma maneira às denúncias que vêm da Itália e, por isso, ao espalhar que se fabricam mentiras na mídia “com a finalidade de atingir a honorabilidade de sua pessoa”, ele estaria tentando se antecipar aos eventos. Mas Mainardi afirma que isso é apenas um palpite.

Ele conclui afirmando que Gushiken, independentemente de qualquer outra coisa, acredita viver num estado policial, onde basta sua vontade para que a Polícia investigue alguém.

IMPrensa INTERNACIONAL:

REVISTA PANORAMA (ITÁLIA)

Edição: 18 de maio de 2007

Matéria: ”Telecom, contrato brasileiro na mira”

Jornalista Responsável: Giacomo Amadori

Nesta reportagem, a Revista Panorama enfoca a atuação do investidor Naji Nahas junto à Telecom Itália. De acordo com o jornalista, em 2002 ele foi encarregado pela empresa de uma “missão impossível”: selar a paz com o banqueiro Daniel Dantas durante a guerra pelo controle da Brasil Telecom.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Para realizar essa missão, diz a reportagem, Najas utilizou sua vasta rede de amizades políticas, como o poderoso ex-ministro José Dirceu e Delfim Netto. Apenas em 2005 teria ocorrido a paz.

O periódico menciona ainda o suposto pagamento de US\$ 1,3 milhões feito por Naji Nahas a deputados brasileiros da Comissão de Ciência e Tecnologia, com recursos repassados pela Telecom Italia, citando como fonte a Revista Veja de fevereiro de 2006.

A matéria enfoca a possível participação de Naji Nahas em apoio a Daniel Dantas na montagem do chamado “mensalão”, que foi o pagamento de propinas pelo Governo Federal a parlamentares em troca de apoio legislativo.

CORRIERE DELLA SERA (ITÁLIA)

Edição: 6 de junho de 2007

Matéria: ”D’Alema: Contos Secretos? Sujeira”

Jornalista Responsável: Luigi Ferrarella

A reportagem enfoca o perfil do atual Ministro das Relações Exteriores da Itália e seu envolvimento no caso da espionagem feita pela empresa Kroll a mando da Telecom Italia.

Num ponto específico da matéria, está escrito que os investigadores do caso obtiveram um arquivo de um computador da empresa de telefonia italiana no qual havia um documento chamado “Relatório K”, que trata da disputa entre o Opportunity e a Telecom Italia. De acordo com a matéria, no Relatório lê-se o seguinte: “Fontes de Inteligência na Itália indicam que a Inepar era a empresa que movimentou os fundos para o atual Ministro D’Alema, o qual está envolvido nas atividades da Telecom”. Entretanto, o jornalista tem o cuidado de afirmar que se trata apenas de um email enviado por um investigador da Kroll.

No site da Inepar consta ser esta uma empresa com foco de atuação no mercado de geração, transmissão e distribuição de energia, petróleo e gás, além de equipamentos pesados, transporte metroferroviário e serviços. Sua sede foi transferida de Curitiba para a cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, em 2003.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

FINANCIAL TIMES (INGLATERRA)

Edição: 3 de abril de 2008

Matéria: "Plano brasileiro de fusão atingido por novos confrontos"

Jornalista Responsável: Jonathan Wheatley (correspondente do jornal britânico em São Paulo)

No dia 3 de abril de 2008, foram publicadas duas matérias pelo correspondente Jonathan Wheatley, do jornal britânico Financial Times com relação à compra da Brasil Telecom (BrT) pela Oi.

Antes de iniciar o conteúdo da reportagem, convém mencionar a existência de informações no sentido de que, em 2006, Wheatley ingressou com pedido de indenização na Justiça de Nova Iorque contra o Banco Opportunity, sob alegação de ter sido espionado pela empresa Kroll, contratada pela BrT. A ordem para a espionagem teria partido de Daniel Dantas, que à época controlava a operadora de telefonia. A justiça considerou a queixa improcedente e arquivou o processo ainda naquele ano.

Na reportagem, o correspondente do jornal britânico afirma que a planejada fusão entre as duas maiores empresas de telefonia do Brasil vem sendo ameaçada por uma longa batalha judicial entre o Citigroup e seu antigo gestor de investimentos no País.

O jornalista afirma, ainda, que a BrT e a Oi estão mantendo conversações no sentido de que seja formalizada a compra daquela por esta, pelo valor estimado de R\$ 4,85 bilhões (US\$ 2,8 bilhões).

Entretanto, segue o jornalista, o acordo depende da solução da disputa legal entre os acionistas que controlam a BrT: De um lado, o Citigroup e fundos de pensão brasileiros. De outro, o Opportunity, gestor brasileiro de investimentos que anteriormente os representava na BrT e que retém uma parte do controle da empresa.

O Financial Times informa que um investidor brasileiro (Luis Roberto Demarco), está ameaçando processar o Citigroup na Justiça se ele resolver suas pendências com o Opportunity.

A reportagem informa que os fundos de pensão dispensaram o Opportunity em 2003 e o Citigroup fez o mesmo em 2005, em razão das revelações de alegadas atividades ilegais praticadas por Daniel Dantas e seu grupo. Este vem sendo processado no Brasil por corrupção, espionagem e formação de quadrilha. Dantas nega todas as acusações, embora o Citigroup o esteja processando em Nova Iorque, onde solicita uma indenização de US\$ 300 milhões por negligência e fraude.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Todavia, ainda de acordo com Wheatley, circulam na mídia informações de que os fundos de pensão, o Citigroup e o Opportunity, estariam próximos de resolver suas contendas.

Entretanto, se os acionistas da BrT estão, de fato, perto de um acordo, este pode estar em risco esta semana, depois que Demarco, antigo parceiro do Opportunity e que recentemente tem estado envolvido numa guerra judicial contra o banco de investimentos, ameaçou processar o Citibank se este desistir de suas ações contra o Opportunity.

Em um email ao Presidente do Citigroup, Demarco afirmou que o banco americano tem responsabilidades legais e fiduciárias que não podem ser negociadas num acordo comercial.

Ainda segundo o jornalista, Demarco afirmou ao Financial Times que, na condição de acionista, tanto do Citigroup quanto da BrT, ele pode entrar com ações legais nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Brasil para assegurar que o Citigroup prossiga em suas exigências contra o Opportunity.

Jonathan Wheatley finaliza esta matéria afirmando que a atual legislação brasileira impede a concretização da compra da BrT pela Oi, mas o governo já está tomando as medidas para adequar o marco regulatório. Segundo o jornalista, o governo brasileiro considera este acordo importante porque criaria uma empresa nacional capaz de fazer frente à dominação da companhia espanhola “Telefónica”.

FINANCIAL TIMES (INGLATERRA)

Edição: 3 de abril de 2008

Matéria: ”Disputa amarga mantém as partes unidas”

Jornalista Responsável: Jonathan Wheatley (correspondente do jornal britânico em São Paulo)

Nesta reportagem, o correspondente Jonathan Wheatley afirma que o suposto acordo entre o Citigroup e os demais acionistas da BrT trouxe à tona uma longa disputa que seus protagonistas adorariam deixar para trás.

De acordo com ele, essa disputa se originou com as privatizações da telefonia no Brasil em 1998, quando um dos consórcios era formado pelo Citigroup, Telecom Itália e um grupo de fundos de pensão brasileiros, e era coordenado pelo Opportunity, uma firma de investimentos baseada no Rio de Janeiro, que tem como fundador e gestor, Daniel Dantas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

O jornalista explica que, apesar de o Opportunity ter ficado com uma pequena fatia da BrT, ele adquiriu o efetivo controle da companhia na condição de gestor a serviço dos outros sócios. Os fundos de pensão e o Citibank investiram US\$ 700 milhões cada na compra da BrT, e a Telecom Italia, US\$ 600 milhões.

A matéria afirma que as relações entre o Opportunity e seus parceiros foi se deteriorando e a Telecom Italia acusou o grupo de Dantas de prejudicar seus interesses no Brasil. Após anos de disputa, a empresa italiana vendeu sua parte na BrT para o Citigroup e os fundos de pensão por US\$ 550 milhões.

O correspondente do Financial Times segue dizendo que, no começo, o Citigroup apoiou o Opportunity em sua disputa contra a Telecom Italia, mas em pouco tempo, tanto o banco americano quanto os fundos de pensão se desentenderam com o banco de Dantas.

Em março de 2005, após uma auditoria interna, o Citigroup demitiu o Opportunity como gestor de seus investimentos no Brasil, alegando que este estaria vendendo ativos contra a vontade daquele. Isso deu início a uma batalha judicial, onde o Citigroup cobra uma indenização de US\$ 300 milhões por negligência e fraude por parte do Opportunity.

Ainda assim, segundo Wheatley, o Citigroup e os fundos de pensão parecem estar dispostos a fazer um acordo com Daniel Dantas. Nenhum deles comenta as razões dessa disposição, mas uma fonte bem posicionada fala em “tremendas” pressões políticas sobre ambos os lados.

De acordo com o jornalista, o governo brasileiro quer que o acordo (venda da BrT para a Oi) se concretize, em razão do alegado interesse em fomentar um grupo nacional com capacidade para fazer frente às companhias telefônicas de capital espanhol e mexicano que atuam no Brasil. A nova empresa seria controlada pelos atuais acionistas majoritários da Oi, incluindo a Andrade Gutierrez, do ramo da construção civil, o Grupo La Fonte que tem empreendimentos em vários setores, incluindo shopping centers, e o BNDES, banco de apoio ao desenvolvimento controlado pelo governo.

Wheatley afirma serem difíceis de entender as razões dos incentivos financeiros para o acordo. Segundo ele, nem o Citibank nem os fundos de pensão aparentemente ganharão algo que eles já não possam ganhar mantendo suas posições e vendendo-as no futuro. De fato, o Citigroup deverá desistir de sua ação judicial onde pleiteia US\$ 300 milhões. De qualquer forma, eles não poderão vender suas ações na BrT até que as mudanças legais sejam feitas, o que pode levar vários meses.

Pode ser que as partes estejam cansadas da disputa legal, afirma o jornalista, as quais vêm ocorrendo no Brasil, onde a justiça é notoriamente lenta, e nos Estados Unidos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

Wheatley finaliza sua matéria afirmando que o website e revista Teletime News lembrou recentemente que essa situação é similar à da companhia de telefone que queria instalar uma torre de transmissão numa área de favelas no Rio de Janeiro dominada por criminosos. “Não é suficiente ter a proteção da polícia, você precisa ter a proteção das pessoas que mandam na área”, conclui o jornalista.

A matéria do correspondente britânico aborda o assunto com neutralidade, atendo-se aos fatos e omitindo os detalhes a respeito da briga judicial entre o Citibank e o Opportunity, bem como as denúncias que pesam sobre Daniel Dantas. Isso pode ser explicado porque Wheatley escreve para o leitor inglês, o qual se interessa mais pelo aspecto geral da situação que pelos detalhes.

CONCLUSÃO

Conforme já mencionado, o objetivo deste trabalho foi realizar uma análise a respeito da influência exercida pelo grupo liderado por Daniel Dantas sobre determinados setores da mídia nacional e estrangeira. Em razão do fato de que esse é um setor estratégico, formador de opinião, as organizações lícitas ou ilícitas quando bem estruturadas, não dispensam a utilização dos meios de imprensa para se fortalecer, muitas vezes enfraquecendo seus oponentes, inclusive agentes do Estado.

Procurou-se mostrar, ao longo desta análise, que o Banco Opportunity tem acesso a jornalistas, seja por meio da empresa “Abre de Página”, seja em razão de contatos diretos estabelecidos pelo grupo.

As análises das interceptações telefônicas mostraram claramente a forma como profissionais de mídia são cooptados, orientados e remunerados para levar ao conhecimento do público as versões que interessam ao grupo de Dantas sobre os mais variados assuntos. Neste processo, Najj Nahas parece ser o intermediário entre jornalistas de Dantas.

O estudo de caso que abordou o ataque na mídia sofrido pelo ex-Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, embora talvez não guarde relação direta com o grupo de Dantas, buscou dar uma dimensão, na prática, do poder que a imprensa exerce em favor de interesses quaisquer. Independentemente de o senador ser ou não culpado dos crimes que lhe eram atribuídos, é inegável que ele sofreu uma intensa “guerra psicológica de informações” com o objetivo de fazê-lo deixar a Presidência daquela Casa Legislativa. Tanto é assim, que os ataques cessaram após sua renúncia, como se os crimes supostamente cometidos por ele perdessem a importância de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIP – DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA POLICIAL ESPECIALIZADA

SAS Quadra 6, lotes 09/10 – Edifício Sede – CEP: 70037.900 – Telefone: (61) 3311.8000 – Brasília/DF

forma repentina, deixando de serem merecedores de reportagens de capa, como vinha ocorrendo até então.

A forma rudimentar como isso foi feito revela que o grupo a manipular a Revista Veja objetivava, tão somente, retirar o senador de sua função. Nem a cassação de seu mandato era relevante, o que se queria era apenas o controle político do cargo de Presidente do Senado.

Na parte referente às análises das notícias, buscou-se mostrar como o tema complexo que envolvia a Brasil Telecom, Telecom Italia, Oi, Telemar e todas as disputas envolvendo o sistema de telecomunicações do País, foi abordado em diferentes veículos de comunicação impressa. Em cada reportagem, a intenção desta análise era conhecer o viés empregado para manipular os leitores, ora de forma explícita, ora sutil, com o fim de formar uma consciência coletiva. Ressalta-se que o público alvo das matérias era composto por pessoas esclarecidas, que buscam informação em meios considerados idôneos.

Outro ponto de destaque é a presença do Ministro Roberto Mangabeira Unger no Governo Federal. Obviamente, seria irresponsável afirmar que esta autoridade está a serviço de Dantas na Administração Pública, mas os vínculos estreitos entre ambos, principalmente considerando o passado do banqueiro e as sucessivas acusações de crimes que ele enfrenta, são particularmente desconfortáveis.

Finalmente, convém dizer que a proposta inicial da análise – identificar a manipulação da mídia por grupos econômicos – foi alcançada. Pelas limitações do trabalho e em face da magnitude do tema, muitos elementos, naturalmente, não constam em seu conteúdo, mesmo porque nunca houve a pretensão de abarcar toda a problemática envolvida nesta questão. A proposta era a de oferecer uma modesta contribuição para o esclarecimento deste tema, tão pouco debatido em nossa sociedade, principalmente em razão do caráter “sagrado” da liberdade de imprensa.

* * *